

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO HENRIQUE SILVERIO DE OLIVEIRA CARLOS

**CHINA: UMA PERSPECTIVA DA POLÍTICA EXTERNA PARA O MODELO
ECONÔMICO NAS ERAS MAO E DENG**

GOIÂNIA

2022

PEDRO HENRIQUE SILVERIO DE OLIVEIRA CARLOS

**CHINA: UMA PERSPECTIVA DA POLÍTICA EXTERNA PARA O MODELO
ECONÔMICO NAS ERAS MAO E DENG**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador: Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2022

Oliveira Carlos, Pedro Henrique Silverio. 2022.

China: uma perspectiva da política externa para o modelo econômico nas eras Mao e Deng / Pedro Henrique Silverio de Oliveira Carlos. – Goiânia, 2022.

Total de folhas: 59 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito.

FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRO HENRIQUE SILVERIO DE OLIVEIRA CARLOS

**CHINA: UMA PERSPECTIVA DA POLÍTICA EXTERNA PARA O MODELO
ECONÔMICO NAS ERAS MAO E DENG**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho (PUC Goiás)

Me. Pedro Henrique Vigné Alvarez de Steenhagen (PUC Rio)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer e me dar capacidade para enfrentar os desafios.

A minha mãe, minha inspiração e motivação, agradeço todo o apoio e conselho prestado ao longo desta jornada.

Ao meu orientador Giovanni Hideki Chinaglia Okado, por todo o conhecimento transmitido, pela assistência e paciência durante toda a realização deste trabalho.

Ao professor Pedro Henrique Vigné Alvarez de Steenhagen, por ter disponibilizado seu tempo e conhecimento para sanar minhas dúvidas.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, acreditaram e me apoiaram em todo este percurso.

RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar o impacto da política externa nos modelos econômicos adotados pelos governos Mao Zedong e de Deng Xiaoping. Durante os dois governos, a política externa adotada impactou diretamente na aplicação dos modelos econômicos de cada líder chinês. O impacto da política externa com Estados Unidos, União Soviética e o Terceiro Mundo provocou efeitos distintos nos dois governos devido a escolha de desenvolver uma aproximação, ou não, dos países. A pesquisa é do tipo qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e no método comparado (ou política comparada), por meio do qual se utiliza duas variáveis para a comparação: política externa (variável independente) e modelo econômico (variável dependente). A primeira variável é mensurada por meio das relações da China com os Estados Unidos, a União Soviética e o Terceiro Mundo, e a segunda, pelas políticas econômicas adotadas e o comércio exterior. Destarte, pode-se compreender que apesar de Mao ter optado por um isolamento internacional durante grande parte de seu governo, ele apresentou políticas como a “normalização” das relações com os Estados Unidos, desenhou a aproximação com o Terceiro Mundo e utilizou da aproximação com os soviéticos nos primeiros anos para adquirir investimento e conhecimento para implementar seu modelo econômico. Deng aprofundou os ganhos adquiridos pela política externa de Mao e expandiu sua política externa, na qual estabeleceu uma relação pacífica e de cooperação com os Estados Unidos, União Soviética e Terceiro Mundo. Logo, Deng apresentou uma China com maior possibilidade de reajustes econômicos, quando necessário, devido suas relações com os outros países, enquanto Mao por não conseguir aprofundar sua política externa teve um modelo econômico rígido com poucas possibilidades de reajustes propiciando uma estrutura econômica menos dinâmica.

Palavras-chave: política externa; modelo econômico; Mao Zedong; Deng Xiaoping.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to analyze the impact of foreign policy on the economic models adopted by the Mao Zedong and Deng Xiaoping governments. During both governments, the foreign policy adopted had a direct impact on the application of the economic models of each Chinese leader. The impact of foreign policy with the United States, the Soviet Union and the Third World had different effects on the two governments due to the choice of developing a rapprochement, or not, between the countries. The research is qualitative, based on the literature review and on the comparative method (or comparative policy), through which two variables are used for comparison: foreign policy (independent variable) and economic model (dependent variable). The first variable is measured by China's relations with the United States, the Soviet Union and the Third World, and the second by the economic policies adopted and foreign trade. Thus, it can be understood that although Mao opted for international isolation during most of his government, he presented policies such as the “normalization” of relations with the United States, designed the rapprochement with the Third World and used the rapprochement with the United States. the Soviets in the early years to acquire investment and knowledge to implement their economic model. Deng deepened the gains made by Mao's foreign policy and expanded his foreign policy, in which he established a peaceful and cooperative relationship with the United States, the Soviet Union and the Third World. Therefore, Deng presented a China with greater possibility of economic readjustments, when necessary, due to its relations with other countries, while Mao, for not being able to deepen his foreign policy, had a rigid economic model with few possibilities of readjustments, providing a less dynamic economic structure.

Keywords: foreign policy; economic model; Mao Zedong; Deng Xiaoping

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exportação da China de 1949 a 1978 (Milhões de dólares)	30
Figura 2 – PIB (atual bilhão US\$)	47
Figura 3 – Emprego em serviços (% do emprego total) (estimativa modelada da OIT)....	48
Figura 4 – Exportação e importação chinesa dos Estados Unidos (Milhões de dólares)...	50
Figura 5 – Importação da URSS de produtos chineses (Milhões de dólares).....	51
Figura 6 – Balança comercial da China com o Terceiro Mundo (Milhões de dólares).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Método comparado aplicado à pesquisa.....	13
Tabela 2 – Análise do impacto da variável independente.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O REVOLUCINÁRIO MAO ZEDONG.....	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2 A POLÍTICA EXTERNA DA ERA MAO.....	18
1.2.1 A relação entre China e URSS.....	19
1.2.2 A relação entre China e EUA.....	21
1.2.3 A relação entre China e o Terceiro Mundo.....	23
1.3 O MODELO ECONÔMICO DA ERA MAO.....	24
1.3.1 Política Econômica.....	25
1.3.2 Comércio Exterior.....	29
2 O DESENVOLVIMENTISTA DENG XIAOPING.....	32
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	32
2.2 A POLÍTICA EXTERNA DA ERA DENG.....	36
2.2.1 A relação entre China e URSS.....	37
2.2.2 A relação entre China e EUA.....	38
2.2.3 A relação entre China e o Terceiro Mundo.....	42
2.3 O MODELO ECONÔMICO DA ERA DENG.....	43
2.3.1 Política Econômica.....	43
2.3.2 Comércio Exterior.....	49
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem o objetivo de compreender o impacto que a política externa das eras Mao Zedong e Deng Xiaoping provocou em seus respectivos modelos econômicos para a China, o que resultou em como foi aplicado os modelos em si. Essa pesquisa se torna importante para identificar parte do caminho que a China percorreu até atingir impressionantes índices de crescimento econômico e ter ganhado destaque nas notícias internacionais como uma ameaça à hegemonia estadunidense. As eras Mao e Deng são responsáveis por medidas estratégicas, nos âmbitos internacional e doméstico, que propiciaram o crescimento da China (LYRIO,2006).

Os períodos em questão são fundamentais para a formação da economia chinesa atual. A era Mao Zedong foi propulsora do atual modelo econômico e introduziu valores e ideias ainda cultuados pela China (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Já a era Deng utilizou os avanços conquistados para aumentar os ganhos econômicos de acordo com as possibilidades advindas, entre outros, da política externa, caracterizadas por incentivos para uma liberalização econômica da China, enfraquecimento da União Soviética e aproximação do Terceiro Mundo (MARTI, 2021). Apesar do debate sobre o nível de abertura e a necessidade de reformas econômicas serem divergentes entre os governantes, ambos tiveram mudanças na política externa durante seus governos, que propiciaram o desenvolvimento da economia doméstica.

Após ascensão ao poder, Mao estabeleceu uma política externa para China que sofreria mudanças significativas e que influenciaram diretamente a economia chinesa. Essas mudanças se deram por quebras e retornos de alianças, como ocorreu com a União Soviética (MIKHAILOVA, 2013). A alteração da política externa de Deng Xiaoping buscou justamente o “não alinhamento” na Guerra Fria e a aproximação dos Estados Unidos, o que possibilitou a instalação de empresas estadunidenses na China e reformas econômicas (JIAN, 210). Assim, o governo desses dois períodos foi marcado por mudanças na política externa, tornando a política internacional uma variável independente que impactou o modelo econômico chinês.

Assim, além do objetivo já apresentado, essa monografia, também, tem como foco compreender quais ações da política externa praticadas pelos dois governos propiciaram o desenvolvimento econômico, dentro do modelo adotado por eles. É importante destacar que ambos reafirmaram os ideais socialistas, porém, apresentaram práticas econômicas distintas da primazia ideológica, as quais eram justificadas por uma adoção de um sistema socialista único da China (KISSINGER, 2011). Logo, o modelo econômico da china estava ligado diretamente

a compreensão de cada líder chinês do que se adequava à uma identidade do país e necessidade para desenvolver o socialismo.

De forma geral, a política externa é trabalhada como uma ferramenta dos governos para garantir seus interesses. Esse trabalho apresenta uma perspectiva na qual busca identificar ganhos proporcionados por uma configuração inversa do caso chinês. Com o intuito de se investigar quais foram os benefícios gerados pela política externa para o modelo econômico adotado, o problema desta pesquisa consiste em examinar como as escolhas e preferências dos governos Mao Zedong e Deng Xiaoping em matéria de política externa influenciaram o desenvolvimento da economia chinesa?

Para responder a essa pergunta, delimita-se o recorte temporal de 1949 a 1992. Justifica-se essa delimitação porque a era Mao Zedong estabeleceu os fundamentos culturais, intelectuais e políticos da China atual, enquanto a era Deng Xiaoping iniciou os resultados benéficos, em larga escala, para a economia e população chinesas. A análise desses dois períodos contribuirá para investigar a hipótese da pesquisa: A política externa voltada para diferentes configurações do sistema internacional propiciou uma adaptação rápida e benéfica do modelo chinês diante das adversidades. Especificamente, a aproximação ou o afastamento diplomático da China em relação às superpotências, Estados Unidos e União Soviética, e ao Terceiro Mundo refletiram-se nas políticas econômicas e relações comerciais dos governos de Mao e de Deng.

Com o intuito de investigar a hipótese apresentada, utiliza-se a política comparativa de acordo com Sartori (1991), que descreve a importância do método escolhido pela necessidade de estabelecer um controle de forma simples e prática, no qual é proporcionada dentro das ciências sociais pela política comparada. Em conformidade com Lijphart (1971), a comparação de um mesmo país em momentos diferentes, em parte, estabelece o controle essencial para o estudo do problema nas ciências sociais. Porém, é inevitável que haja mudanças em um país com o tempo e são justamente essas mudanças que proporcionam o estudo.

Assim, o método supracitado classifica essas mudanças como variáveis dependentes e suas causas variáveis independente. Essa classificação identifica uma relação de causa e consequência durante a pesquisa, o que facilita o processo comparativo entre os dois períodos quando analisado as duas variáveis nos períodos estudados.

Desse modo, o método em questão expõe as diferenças que as mesmas variáveis assumem e seus respectivos impactos, enquanto, identifica a relação de causa e consequência com o objetivo de promover material analítico que possibilite uma comparação completa, apontando suas reais semelhanças e distinções.

O material analítico, por sua vez, é produzido por uma contribuição interdisciplinar entre a política comparativa e outros métodos, como o apoio histórico que contribuem na descrição e interpretação de textos (LIJPHART, 1971). Essa aplicação garante um maior suporte para a política comparada e garante uma análise maior de dados contextualizados, o que justifica a utilização do aporte histórico no trabalho em questão.

Sendo assim, ao estabelecer que as políticas externas mantiveram seu impacto no modelo econômico e durante as duas eras sofreram mudanças consideráveis ao ponto de caracterizarem como variáveis determinantes para o desenvolvimento do modelo econômico chinês. A utilização da política comparada nesse trabalho monográfico se apresenta como adequada devido as variáveis apresentadas e suas relações, na qual serão abordadas por uma perspectiva histórica, que busca aprofundar a descrição e interpretação.

Além, do apoio histórico da política externa, será utilizado a pesquisa da literatura bibliográfica em livros, artigos, sites de organizações internacionais para aportes teóricos e dados referentes ao impacto gerado no modelo econômico da China e o referente contexto histórico no qual o país estava inserido. O processo investigativo será complementado através do método qualitativo e interdisciplinar seguindo o recorte temporal correspondente ao de 1949 a 1971 o governo Mao, e de 1978 a 1992, o governo Deng.

Para aplicar o método proposto é importante dividir as variáveis como independentes e dependentes, sendo a primeira defendida por Sartori (1991) como responsável por provocar as mudanças, e a segunda, aquelas que apresentam alterações como resultado das independentes. Considera-se, no caso proposto, a política externa chinesa dos governos de Mao e de Deng como a variável independente, e o modelo econômico desses governos como a variável dependente. A variável independente será mensurada por três unidades (relações entre China e URSS, relações entre China e EUA e relações entre China e Terceiro Mundo) e a variável dependente terá duas unidades de mensuração (política econômica e comércio exterior). Para melhor visualização, da proposta metodológica do estudo comparado, apresenta-se a tabela a seguir:

Tabela 1: Método comparado aplicado à pesquisa

VARIÁVEL INDEPENDENTE	VARIÁVEL DEPENDENTE
POLÍTICA EXTERNA	MODELO ECONÔMICO
Relações entre China e URSS	Política econômica
Relações entre China e EUA	Comércio exterior
Relações entre China e Terceiro Mundo	

Fonte: Elaboração própria

Com a finalidade metodológica de absorver as principais relações dentro do contexto da Guerra Fria, que influenciou as eras Mao e Deng, a política externa será trabalhada com a União Soviética (URSS), Estados Unidos (EUA) e o Terceiro Mundo¹, sendo o último trabalhado como bloco devido a suas atuações com o objetivo de capitalizar vantagens além do oferecido por um mundo bipolar. A utilização da relação entre a China e as superpotências (URSS e EUA) é justificada pela bipolarização do globo liderada pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que disputavam influência sobre outros países por meio da força ideológica, econômica, militar e política. Enquanto a utilização do bloco do Terceiro Mundo se justifica pela tentativa de unificar os países que buscavam uma configuração além da bipolar junto à países que não estavam no centro das decisões de poder global, ademais sua importância por se apresentarem como uma opção além da influência das duas potências e ter se tornado símbolo da relação econômica e diplomática chinesas.

No primeiro e segundo capítulo serão abordadas as variáveis e sua unidade de mensuração, através de seções e subseções, do período Mao e Deng, respectivamente, com a finalidade de apresentar a política externa e, em seguida, o impacto desta no modelo econômico de cada governo. Os dois primeiros capítulos contem com uma seção inicial para a contextualização do ambiente internacional e do governo de cada líder. A partir da segunda seção desses capítulos, trata-se das principais escolhas e preferências da política externa chinesa de cada governo nas relações diplomáticas com a União Soviética, os Estados Unidos e o Terceiro Mundo. Por fim, na última seção dos capítulos, busca-se compreender o impacto

¹ Representado pelos países participantes da Conferência de Bandung e os países latino-americanos. Assim, sendo os países: Afeganistão, Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Camboja, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, Equador, El Salvador, Etiópia, Gana, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Jamaica, Jordânia, Líbano, Libéria, Líbia, México, Mianmar, Nepal, Holanda, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Arábia Saudita, Sri Lanka, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Sudão, Suriname, Síria, Tailândia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Iêmen.

causado na política econômica e no comércio exterior. Na conclusão, será feita a comparação entre as variáveis de cada período, destacando as semelhanças e diferenças, dessa forma, comprovando a hipótese apresentada.

1 O REVOLUCINÁRIO MAO ZEDONG

Mao Zedong foi o líder da Revolução chinesa em 1949 devido suas estratégias e sua figura revolucionária, o que possibilitou sua liderança durante a os primeiros anos da República Popular da China (RPC), no qual buscou garantir a revolução e desenvolver a China. Assim, esse capítulo possui como objetivo apresentar a política externa e o modelo econômico praticada por Mao, compreender como essa política foi orientada e impactou o modelo econômico durante 1949 a 1971, período em que Mao permaneceu no poder e a frente das decisões do Partido Comunista Chinês (PCCh) e da RPC. Assim, para facilitar a análise metodológica o capítulo será dividido em três seções: Contextualização, Política externa e Modelo econômico.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A dinastia Qing, a última a governar a China, estava com os seus dias contados no início do século XX. Após uma crise de legitimidade em decorrência da forte influência ocidental sobre os governantes dessa dinastia, o governo tornou-se instável e insustentável, incapaz de impedir a interferência de potências estrangeiras e as perdas territoriais. A situação foi se agravando até que a dinastia chegou ao fim em 1912 (KISSINGER, 2011).

Kissinger (2011) destaca que o fim da era Quing levou ao surgimento de uma república representada pelo líder Sun Yat-sen, que tinha o intuito de unificar a China e, para isso, entregou o poder ao comandante das forças armadas imperiais, Yuan Shikai. Porém, a dificuldade de unificar o território e sua política impositiva e inquestionável fez com que, em 1914, Yuan declarasse o intuito de instituir a própria dinastia imperial, a qual resultou na transferência do poder para os governantes provinciais e comandantes militares (JOSEPH, 2014).

Com passar dos anos o Partido Comunista Chinês (PCCh), criado em 1921, estabeleceu um governo paralelo em áreas dominadas por ele como forma de contestar o governo central e iniciar o processo revolucionário. Esse controle contrastava com o governo do Partido Nacionalista, liderado por Chiang Kai-shek, que em tese possuía total controle do antigo império Qing, mas perdia território para o governo comunistas ou para os invasores japoneses (JOSEPH, 2014).

Enquanto a China estava fragmentada em uma disputa de poder, que ia além do PCCh e do Partido Nacionalista, para reestabelecer a unificação, quase todas as potências do período

estavam focadas nos princípios Wilsonianos² ou em suas revoluções internas, como na Rússia. Porém, o Japão aproveitou a instabilidade interna de antigas potências que dominavam partes da China e iniciou seu processo imperialista (KISSINGER, 2011).

O plano imperialista japonês encontrou dificuldade em dominar um território vasto como da China, e com a Segunda Guerra Mundial se tornou insustentável gerir esse território com segmentações políticas e abrangência geográfica (JOSEPH, 2014). Em 1945, houve a rendição dos japoneses e o fim da guerra, assim, tornando a China livre para dedicar seus esforços nas questões domésticas depois anos de interferências e invasões das potências na região. Na prática, isso significava uma disputa entre os nacionalistas e comunistas pelo poder, na qual a União Soviética através do discurso apoiava o governo Kai-shek, mas na realidade financiava o grupo de Mao (KISSINGER, 2011).

Mao Zedong utilizou a luta contra a invasão japonesa para crescer seu exército e angariar novos membros para o partido ao dedicar parte da sua orientação para estabelecer um contato de auxílio para a população civil por seus combatentes e educação dos valores revolucionários voltados para massa. Essa estratégia fez com que os comunistas ganhassem vantagem sobre os nacionalistas, enquanto Chiang centralizava as decisões de militares e cometia erros estratégicos ocasionando em perdas primordiais e escalando a perda do conflito, o que provocou os estadunidenses a tentarem intermediar a situação (JOSEPH, 2014).

Apesar dos esforços dos Estados Unidos para encontrar uma solução diplomática o governo estadunidense não obteve resultados positivos e o conflito permaneceu. A disputa entre Mao Zedong, líder do partido comunista, e Chiang Kai-shek, líder do partido nacionalista, intensificou com cada parte adotando suas estratégias diferentes. Os comunistas ocuparam os campos e os nacionalistas as cidades e aos poucos a estratégia comunista se provou mais eficaz (KISSINGER, 2011).

Os nacionalistas, seja por ingerência administrativa ou instabilidade devido às invasões de seus territórios pelos estrangeiros, não conseguiram segurar o crescimento comunista e

² São baseados nos 14 pontos apresentado pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em um discurso no Congresso dos Estados Unidos no ano de 1919, que tinha como objetivos que apresentar medidas que evitasse mais conflitos e possibilitasse a paz após a Primeira Guerra. Os 14 pontos pacíficos de Wilson eram: 1. Diplomacia aberta sem tratados secretos; 2. Livre comércio econômico nos mares durante a guerra e a paz; 3. Condições comerciais iguais; 4. Diminuir os armamentos entre todas as nações; 5. Ajuste as reivindicações coloniais; 6. Evacuação de todas as Potências Centrais da Rússia e permitir que esta defina sua própria independência; 7. A Bélgica será evacuada e restaurada; 8. Retorno da região da Alsácia-Lorena e todos os territórios franceses; 9. Reajuste as fronteiras italianas; 10. A Áustria-Hungria terá uma oportunidade de autodeterminação; 11. Redesenhar as fronteiras da região dos Balcãs criando Romênia, Sérvia e Montenegro; 12. Criação de um estado turco com garantia de livre comércio nos Dardanelos; 13. Criação de um estado polonês independente; 14. Criação da Liga das Nações. (WILSON, 1919)

recuaram para a ilha de Taiwan em 1949 (LYRIO, 2010). Com o discurso de uma futura volta para o continente os nacionalistas mudaram a capital para Taipei enquanto o PCCh proclamava a República Popular da China com a liderança de Mao Zedong (KISSINGER, 2011).

A vitória do Partido Comunista da China reforçou a figura do líder Mao Zedong como um grande estrategista, título ganho depois de reverter a situação de suas tropas contra os nacionalistas. Essa figura se aliou a de um grande líder com a fundação da República Popular da China, em que Mao assumiu a liderança (JOSEPH, 2014)

Nos primeiros anos da revolução Mao Zedong tinha como objetivos unificar a China, assim como estruturar e estabelecer a revolução. Para buscar esses objetivos, Mao promoveu uma ruptura radical com o passado ao mesmo tempo em que utilizou de tradições e instituições milenares para implementar a chamada “revolução contínua”, que na prática utilizava de algumas tradições para convencer e legitimar suas ideias enquanto seu discurso atacava o passado e suas tradições de formar geral. Esse processo constatou seu olhar estratégico e realista diante dos interesses chineses facilmente confundidos como contradição dialética (KISSINGER, 2011)

Os primeiros anos da República Popular da China foram marcados pela busca interna de legitimar a revolução e, externamente, pela aproximação da China com a União Soviética. Mao utilizou a aproximação com os soviéticos para entender como instituir um país socialista e adquirir conhecimento de processos necessários para aplicar o modelo político, assim, não necessitou de partir de um conceito exclusivamente abstrato:

Após a Proclamação da República Popular da China, em 1949, o governo chinês começou a construir a economia centralmente planejada de acordo com o modelo soviético. Foram tomadas em considerações as experiências soviéticas desde o início do processo da planificação estatal (MIKHAILOVA, 2013, p. 311).

Com o intuito de aprimorar o modelo e gestão do partido e fortalecer a República Popular da China, Mao buscou recolher críticas construtivas e corrigir as arestas da revolução com o programa “Cem flores”. Porém, as críticas que chegaram eram altamente contestadoras da figura de Mao e de algumas instituições, gerando uma busca pelos críticos e criando um sentimento de silenciamento por parte dos apoiadores do partido e pela população (JOSEPH, 2014).

Para reverter essa situação de descontentamento, Mao iniciou um projeto econômico audacioso intitulado “Grande Salto”. Nesse momento, Mao abdicou de seu pragmatismo e

reconhecimento da sua incapacidade de elaborar programas econômicos para gerar um crescimento acelerado que resultasse no sentimento de satisfação da população (JOSEPH, 2014).

Entretanto, o Grande Salto, 1958 a 1960, fez parte do primeiro grande equívoco da liderança de Mao. O resultado foi contribuição para um crise alimentícia, no fim da década de 1950, que se estendeu, em proporções distintas, por toda a China com a morte de mais 30 milhões de pessoas, intensificado por um mau planejamento econômico baseado apenas no crescimento rápido e produção acelerada (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

O aumento da crise fez com que Mao buscasse culpados e perseguisse os críticos com a justificativa de falta de comprometimento com a revolução. Em 1960 Mao Zedong estava preocupado com o revisionismo que ocorrera na URSS e como isso poderia atingi-lo após os resultados do Grande Salto. Então sua atenção se voltou para a cassação de líderes intitulados direitistas e de forte apelo de milícias, como o Exército Vermelho, formados por jovens revolucionários que inibiam e perseguiram todos que fizessem críticas à Mao (JOSEPH, 2014).

Esse período de repressão às críticas ficou conhecido como Revolução Cultural, no qual Mao tinha o objetivo de fortalecer o sentimento revolucionário e garantir que a sociedade não se perdesse na busca por desenvolvimento. Mao divulgou amplamente que excessos e erros eram aceitáveis quando fossem cometidos voltados para uma radicalização da revolução contínua e não para críticas ao sistema político movida por ideais ocidentais. Além disso, ele destacou que o princípio de apoio ao líder era permitido, mas o sistema de opressão e silenciamento se demonstrou ineficaz quando os resultados do Grande Salto chegaram na alta cúpula (JOSEPH, 2014).

Motivado em reparar os resultados desastrosos da política do Grande Salto, Mao buscou uma aproximação com os Estado Unidos até o fim de seu governo (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Mesmo que ele tenha continuado com aspecto de valorização aos princípios revolucionários, demonstrou mudança quando anunciou lideranças mais radicais e amenas nos cargos de poder após o Grande Salto, para equilibrar as forças do partido como forma de possuir alas e sugestões distintas sobre a política a ser aplicada, assim, voltando para o pragmatismo e reconhecimento das necessidades da China (JOSEPH, 2014).

O pragmatismo de Mao não se restringiu apenas as questões do governo doméstico, mas também na sua política internacional, que conseqüentemente, influenciou o crescimento doméstico da China. Suas decisões de alinhamento tiveram papel fundamental no início do governo e suas decisões econômicas marcaram seu período no poder (MIKHAILOVA, 2013).

1.2 A POLÍTICA EXTERNA DA ERA MAO

O governo Mao foi uma peça importante na história da política externa da China ao buscar estabelecer a recém República Popular em um contexto internacional contencioso. Sua missão era garantir a unificação da China e estabelecer a república como um governo legítimo que assegurasse a revolução (OLIVEIRA JUNIOR, 2015).

Para garantir esse objetivo, as relações diplomáticas e acordos assinados com outros países foram essenciais no primeiros anos da República Popular da China (RPC). A política externa adotada pela China durante o governo Mao garantiu a continuidade do partido e levou a China para o debate internacional (KISSINGER, 2011)

1.2.1 A relação entre China e URSS

Os anos de 1949 e 1950 foram marcados por uma consciência e objetividade de Mao em relação às questões econômicas e políticas, a ponto de o líder chinês reconhecer a necessidade de aproximação das relações diplomáticas entre China e URSS, compreender seus limites em relação à economia e buscar técnicos para auxiliar a construção de um projeto para China, estabelecer instituições administrativas e conselhos que gerassem uma liderança coletiva. Contudo, é importante ressaltar que todos esses processos ainda contavam com intervenções pontuais de Mao nos respectivos setores, como forma de supervisionar e garantir a continuação da revolução (JOSEPH, 2014).

A República Popular da China (RPC) emergiu em 1949 dentro do contexto internacional da Guerra Fria, em que o mundo estava polarizado entre a União Soviética e Estados Unidos, duas potências nucleares que disputavam a hegemonia global. O movimento de Mao foi buscar uma aproximação da União Soviética percebida como uma possível aliada ideológica, mesmo que isso significasse a aproximação de um antigo dominador imperialista da China (MIKHAILOVA, 2013).

O interesse mútuo em uma aproximação sino-soviética resultou na assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua em 1950. Mao necessitava de segurança para estabelecer a revolução e resolver as disputas fronteiriças provocadas por séculos de intervenções de potências estrangeiras, que deixaram áreas da China contenciosas com a Índia, Xinjiang, Mongólia Interior e o Tibete e a Ilha Formosa (Taiwan). Mao compreendia que a União Soviética possuía interesses em territórios chineses conquistados por concessões de Chiang Kai-shek na Segunda Guerra Mundial e depois retomados na revolução, além do

anseio por dominação no mundo comunista. Mesmo com forte preocupação ideológica, Mao era muito ciente de sua posição a ponto de abdicar da Manchúria e Xinjiang no âmbito do tratado mencionado para garantir a assinatura dos soviéticos (KISSINGER, 2011).

Após ter conseguido anexar regiões como Xinjiang, Mongólia Interior e o Tibete depois da revolução, o tratado iria garantir a assistência e segurança de uma das duas grandes potências na Guerra Fria para que Mao pudesse se estabelecer na China e desenvolvê-la. Por mais que os líderes comunistas tivessem visões e intuítos diferentes em longo prazo, a aliança foi benéfica para ambas as partes, principalmente para China: “Nunca antes um país tivera tanta influência econômica, técnico-científica e cultural sobre a China como a União Soviética. O próprio Mao Zedong batizou os dois países como ‘irmãos para sempre’” (MIKHAILOVA, 2013, p. 309)

De acordo com Mikhailova (2013), o intercâmbio entre as duas nações se intensificou com a aliança firmada e a China pode utilizar o modelo já existente da URSS para traçar a base de seu socialismo. Em troca, como afirma Kissinger (2011), Stalin buscava aumentar sua influência e garantir seus ganhos territoriais.

A concretização de uma aliança entre dois países soviéticos fez com que Kim Il-sung, o líder da recém-criada Coreia do Norte, acreditasse que poderia dominar o Sul, descartando o envolvimento dos estadunidenses devido à recuperação da Segunda Guerra Mundial e ressaltando o possível desinteresse dos países capitalistas por não haver citação da Coreia em documentos oficiais de política externa. A partir dessa compreensão, Kim Il-sung iniciou uma campanha em busca de apoio da China e URSS para seu plano, o qual ocasionou em esquivas da União Soviética e o apoio de Mao para fins ideológicos que levaram ao distanciamento entre China e URSS (KISSINGER, 2011).

Ademais, apesar dos avanços com a política externa do período Mao, ainda era evidente a não resolução de problemas históricos, como a fronteira com a Índia, em que esta reclamava parte do Himalaia. Essa contenda resultou em uma disputa fronteiriça entre Índia e China em 1959, e o país de Mao não contou com o apoio dos soviéticos:

União Soviética demonstrou uma atitude neutra em relação ao conflito entre a China e a Índia, nos anos de 1959 e 1962, o que não foi perdoado pela China. Enfim, os dirigentes soviéticos enxergaram ambições de Mao Tse-tung de ser líder da frente comunista internacional e submeteram estas ambições injustificadas à grande crítica (MIKHAILOVA, 2013, p. 316)

Como aponta Mikhailova (2013), em 1960 Mao classificou o constante financiamento e acordos da União Soviética em troca de direitos de uso de terras e mercados como interesseiros e imperialistas. Esse fator e o afastamento da URSS do stalinismo levou ao

aumento da animosidade entre os dois grandes países socialistas que resultou na revogação do Tratado de Amizade e Aliança.

Assim, é possível compreender quando Kissinger (2011) destacou que aliança entre a China e a União soviética teve um prazo de validade pelo fato de que as duas nações possuíam visões e objetivos diferentes que se complementaram no início, mas se tornaram conflitantes com o tempo. A URSS buscava se tornar líder do movimento socialista mundial assistida pelos demais países que eram regidos por ela, porém, mesmo que Mao teria um papel relevante de liderança na Ásia, o líder chinês buscou no fim da década de 1960 uma liderança através do movimento não alinhado, que recolocava a China como uma eventual líder de um novo movimento afastada da influência direta dos soviéticos.

Por fim, as relações entre União Soviética e a China se deterioraram com o tempo devido ao desgaste político internacional e bilateral ocorrido por princípios e objetivos distintos. A relação ganhou seu último suspiro “quando ocorre a batalha por uma ilha no Rio Ussuri chamada Zhenbao pelos chineses e Damansky pelos soviéticos, quase levando ambos os países a guerra na fronteira” (OLIVEIRA JUNIOR, 2015, p. 129). O conflito no Rio Ussuri foi uma demonstração de força dos chineses para impedir que a União Soviética continuasse com suas incursões fronteiriças, porém, é notório que o resultado esperado não foi atingido (KISSINGER, 2011).

É possível identificar o olhar estratégico de Mao ao se utilizar do pragmatismo e aproximar dos Estados Unidos quando percebeu o aumento das contendas com a União Soviética e a necessidade de maior inserção internacional (OLIVEIRA JUNIOR, 2015). Para Kissinger (2011), isso foi fundamental para que não ocorresse o escalonamento do conflito com Moscou. Com isso, Mao abriu as portas para que a China pudesse aumentar sua influência regional, não só como um não alinhado, mas como um país em desenvolvimento importante para política internacional (MIKHAILOVA, 2013). Porém, Mao manteve os princípios revolucionários de sua política, lutando até mesmo contra o revisionismo soviético, como percebido no “slogan mais popular entre os chineses na época: "O revisionismo soviético é o inimigo mais perigoso do povo chinês!" (ZHAO, 2014, p. 54, tradução nossa³)

1.2.2 A relação entre China e EUA

³ No original: “the most popular slogan among Chinese at that time: “The Soviet revisionism is the most dangerous enemy of the Chinese people!” (ZHAO, 2014, p. 54)

Desde a fundação da República Popular da China, os Estados Unidos apoiaram e consideraram Taiwan como o legítimo governo chinês (KISSINGER, 2011). Esse fator por si só foi motivo de afastamento entre Pequim e Washington, principalmente porque a China adotara uma atitude de não reconhecimento da Ilha Formosa e críticas aos demais países que apoiavam Taiwan até a década de 1960 (ZHAO, 2014).

A partir Guerra da Coreia, Mao intensificou o afastamento dos Estados Unidos, pois este reforçou seu apoio à Ilha Formosa, e aumentou o risco de uma invasão na China pela Coreia, como tinha ocorrido com o Japão em décadas passadas. A participação dos Estados Unidos na Guerra da Coreia e as duas Crises em Taiwan marcaram a relação entre os dois países (KISSINGER, 2011).

Durante a Guerra da Coreia houve uma forte militarização da Ilha Formosa por parte de soldados estadunidenses (OLIVEIRA JUNIOR, 2015). Fato que não impediu Mao de iniciar, em 1954, bombardeio às ilhas próximas ao continente (Quemoy e Matsu) após retirada do porta-avião estadunidense responsável por segurar a área. Entretanto, o breve conflito baseado em demonstrações de poderes e apostas verbais de escalada para um conflito nuclear resultou apenas em apaziguamento das tensões após a divulgação da abertura da China para vias diplomáticas. A tensão criada por Mao tinha como objetivo conseguir maior apoio e financiamento de Moscou, mal sucedido, e enviar um recado para a Ilha Formosa que os interesses de conquistas ainda estavam vivos (KISSINGER, 2011).

Após a primeira crise em Taiwan, a China percebia os primeiros ruídos com a União Soviética, enquanto identificava um desleixo dos Estados Unidos com as relações chinesas. Com essa percepção e os resultados obtidos na primeira crise Mao iniciou uma nova tensão em 1958 com uma série de bombardeios a Taiwan, empurrando a URSS para uma nova tensão internacional devido sua figura de líder do socialismo global e proximidade da China. Para a mídia tudo apontava para uma escalada nuclear, mas, o que de fato ocorreu foi um mecanismo para que Mao conseguisse forçar uma relação diplomática com os Estados Unidos, o que contribuiu para o afastamento dos soviéticos (KISSINGER, 2011)

Zhao (2014) aponta que, fora essas duas crises, a interferência dos Estados Unidos na Indochina contribuiu para o distanciamento das relações sino-estadunidense. Porém, é possível identificar uma aproximação das relações diplomáticas a partir de 1971, com a primeira visita de Nixon à China.

A partir de 1965, a China e os Estado Unidos buscaram uma aproximação, sendo uma oportunidade de balancear a crescente insatisfação com a União Soviética. Essa relação ganhou maior legitimidade quando, em 1967, os Estados Unidos apoiaram a entrada da China na ONU

como forma de inclui-la no sistema internacional e levá-la para sua área de influência (KISSINGER, 2011). O interesse estadunidense se dava pela demonstração de certa aproximação por parte da China, após os diversos desentendimentos e conflitos com a União Soviética, o que foi visto como um mecanismo de enfraquecer Moscou e pautou o início das relações sino-estadunidense durante os anos 1970 (ZHAO, 2014).

1.2.3 A relação entre China e o Terceiro Mundo

A China saía da Guerra da Coreia armada pelos soviéticos e mais afastada dos mesmos devido à insistência da URSS para entrada da China no conflito, enquanto relutava em usar suas próprias tropas. É válido destacar que a guerra gerou alguns questionamentos entre os chineses sobre a União Soviética e chamou atenção do mundo para o país asiático. Além disso, a China obteve como aprendizado do conflito a percepção que o país não precisava se envolver em conflitos arquitetados pelos soviéticos e a necessidade de criar seu próprio desenvolvimento socialista sem se tornar um fantoche da URSS (JOSEPH, 2010).

Esse não alinhamento começou a ser trabalhado por Mao em 1955, quando ele enviou Zhou Enlai, então ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, para a Conferência Asiática-Africana em Bandung, com a finalidade buscar uma segurança entre os países que não se alinhavam aos polos da Guerra Fria. Por esse motivo foi adotado um discurso objetivo e pacífico sem pontuar temas delicados e polêmicos como a Ilha Formosa (REIS; RESENDE, 2019).

Zhou Enlai demonstrou na Conferência um grande poder de articulação e persuasão com o intuito de se apresentar para o mundo como um polo alternativo às escolhas bipolares entre URSS e Estados Unidos. Mesmo sendo um país socialista, a China compartilhava um passado de colonização pelas grandes potências, como os países africanos e asiáticos presentes no encontro (REIS; RESENDE, 2019). Esse olhar para conferência aumentou sua influência e prestígio internacional, principalmente pela abrangência que o encontro tomou na mídia global, ao ponto de ser colocada como peça fundamental de articulação do movimento terceiromundista (REIS; RESENDE, 2019).

Esse prestígio e participação culminou em um maior relacionamento com os países africanos, no qual começaram a ocupar espaço nos planos na política internacional da República Popular da China na extração de recursos naturais e como equilíbrio de influência contra a legitimidade de Taiwan na ONU (PINELI ALVES, 2010). A relação sino-africana ganhou maior importância quando a China se afastou da frente do movimento dos não alinhados e

intensificou sua relação com a África, que, como afirma Pineli Alves (2010), abriu portas para um vínculo econômico ainda maior na era Deng.

Lee (2008, p. 9, tradução nossa⁴) destaca que em um primeiro momento as pautas com o Terceiro Mundo foram fomentadas também pelo objetivo de isolar Taiwan: “No entanto, o objetivo principal não era unificar o Terceiro Mundo, mas marginalizar Taiwan na política global e impedir que Taiwan se juntasse à Organização Mundial da Saúde, às Nações Unidas e a outros órgãos internacionais.”

Após a Guerra da Coreia, a China se encontrou imersa em um isolamento internacional e buscou na Conferência de Bandung a saída de maior inserção e relações com outros países, que por mais que estivesse vínculos com alguns países do globo ainda não possuía um poder de influência forte ou até mesmo profunda relação (CHANGSHENG; MENEZES JR., 2014). Esse contexto ganhou maior complexidade quando, em 1962, eclodiu o conflito sino-indiano por questões fronteiriças não resolvidas desde 1949, com a fundação da República Popular da China (KISSINGER, 2011).

O conflito sino-indiano ocorria depois de uma política externa de coexistência pacífica praticada em Bandung, que levou as mudanças de estratégias constantes de Mao transparecerem em sua política externa também. Após vários pequenos conflitos na fronteira entre Índia e China no Himalaia e a ocupação dessa região pelo país socialista, que o conflito ganhou proporções maiores a ponto dos dois exércitos se enfrentarem de forma contida.

Desde a fundação da República Popular da China, Mao tinha como objetivo estabelecer uma estabilidade nas fronteiras de 30 anos, mas os conflitos entre China e Índia não ocasionaram em mudanças territoriais, ainda que as disputas se alternassem entre maior animosidade e armistício prático (CHANGSHENG; MENEZES JR., 2014). Assim, o conflito não provocou uma solução para os dois países, mas, serviu para distanciar a China do movimento não alinhado por ir contra a premissa de não reivindicar território e transparecer o intuito de exercer sua hegemonia.

1.3 O MODELO ECONÔMICO DA ERA MAO

Apesar do papel revolucionário, Mao teve como objetivo organizar a economia da China de forma que sustentasse a revolução e provocasse as mudanças sociais que o socialismo

⁴ No original: “However, the main purpose was not to unify the Third World but to marginalize Taiwan in global politics and stop Taiwan from joining the World Health Organization, the United Nations and other international bodies” (LEE, 2008, p. 9).

propunha levar para população. A adoção desse sistema na China necessitava de adaptações que afetaram as políticas econômicas e as relações comerciais chinesas, caracterizando em um modelo próprio no qual será analisado nas próximas seções com o objetivo de identificar o impacto sofrido pela política externa adota por Mao.

1.3.1 Política Econômica

Para compreender melhor o modelo econômico no período Mao, é de extrema importância analisar as políticas econômicas empenhadas durante os anos de 1949 e 1972. Nessas políticas, o setor primário teve papel primordial no desenvolvimento nos primeiros anos do governo Mao, o que levou a um fortalecimento das bases econômicas e de certa forma possibilitou a industrialização da China (MILARÉ; DIEGUES, 2012)

Por mais que os primeiros períodos do governo Mao tenham carecido de informações específicas, muito pela recente revolução e pelo modelo político adotado, é possível identificar quão bem-sucedidas foram as medidas adotadas pelo líder da República Popular da China através de uma investigação histórica. Assim, o primeiro elemento que fundou a aplicação da nova era da economia chinesa foi a planificação da economia baseada no modelo soviético e voltado para mudanças no campo em questões agrária (MIKHAILOVA, 2021).

O período de 1949 a 1952 foi marcado pela nacionalização de empresas privadas e a distribuição agrária, conforme o projeto de economia planificada importado da União Soviética (MIKHAILOVA, 2021). O tratado assinado com a União Soviética em 1950 gerou frutos para a China, como intercâmbio dos resultados colhidos pelos primeiros anos da União Soviética e *know how* para aplicação do socialismo, principalmente na área agrária (JOSEPH, 2014)

Essa primeira fase Mao retirou terras da classe rica agricultora e distribuiu para os camponeses produzirem, enquanto era firmada a promessa de que a economia privada estaria intocada por 30 anos (JOSEPH, 2014). Porém, em 1953, foi instituído o I Plano Quinquenal Chinês (1953-1957), baseado no crescimento forçado da URSS e na planificação centralizada. A União Soviética teve seu crescimento aumentando as horas de trabalho, obrigando uma produção constante para atingir as metas e possuindo os meios de produção agrícolas e industriais. A China replicou o modelo e introduziu a “campanha de coletivização agrícola” com o primeiro plano quinquenal, por meio do qual reorganizava a propriedade rural privada e lançava a base socialista (VIRGINIA, 2007 p. 165).

Após a elaboração do I Plano Quinquenal Chinês, Mao estreitou as relações com a URSS como forma de reter as estratégias funcionais do primeiro país socialista. A relação

possibilitou para a China empréstimos e subsídios da União Soviética, com juros menores do que em outros países, além de empréstimos de mão de obra, intercâmbio e colaboração técnico-científica

Foram doados à China 24 mil pacotes de documentações técnico-científicas, inclusive 1900 projetos de empresas de grande porte, e cerca de 10 mil de engenheiros e outros profissionais soviéticos (sem contar militares) anualmente trabalhavam na China (INTSUN, 2003, p. 4 apud MIKHAILOVA, 2013, p. 315)

Dentro do período de 1950 e 1953 Mao tinha que lidar com o desdobramento da Guerra da Coreia e necessitava de apresentar um crescimento do desenvolvimento do seu projeto comunista para China de forma que satisfizesse a cúpula do partido e a sociedade apoiadora da revolução (KISSINGER, 2011). Mesmo com as primeiras decepções de Mao com a União Soviética, ele decidiu utilizar os meios os quais possuía para atingir seus objetivos. Assim, a partir de 1953 o governo Mao provocou uma industrialização através da realocação de trabalhadores para atingir o crescimento e o desenvolvimento tão sonhado para China.

A partir de 1953, o Estado promoveu uma rápida industrialização, em grande parte adotando o modelo soviético de desenvolvimento econômico. Vinte milhões de camponeses foram transferidos para as cidades para fornecer trabalhadores para um enorme número de novas fábricas; a urbanização se expandiu e a produção industrial cresceu. Com assistência soviética direta, 156 grandes projetos foram iniciados, incluindo 24 usinas de energia elétrica, 63 fábricas de máquinas e 7 usinas de ferro e aço (JOSEPH, 2014, p. 255, tradução nossa⁵).

Na prática, isso significou para China um maior isolamento internacional, foco na pauta doméstica e expansão da revolução com a proibição do comércio privado e aumento do controle estatal sobre a produção agrícola e as demais áreas da economia (JOSEPH, 2014). Mao foi ainda mais a fundo nas reformas ao aumentar investimentos destinados para desenvolver indústria pesada, como aço, concreto e máquinas pesadas, através de uma poupança forçada provida por uma política de fixação de preços baixos, utilização de excedentes de produtos

⁵ No original: “Beginning in 1953, the state promoted rapid industrialization, largely by adopting the Soviet model of economic development. Twenty million peasants were moved into the cities to provide workers for an enormous number of new factories; urbanization expanded and industrial production grew. With direct Soviet assistance, 156 major projects were begun, including 24 electric power plants, 63 machinery plants, and 7 iron and steel plants” (JOSEPH, 2014, p. 255).

agrícolas e limitação do consumo das famílias, tudo isso para garantir os excedentes que iriam ser utilizados na produção da indústria (ZHU, 2012).

Enquanto isso, a distribuição agrária desencadeou grande risco para revolução idealizada por Mao, diferente do que imaginava, os produtores estavam vendendo suas terras e gerando uma nova elite agrária. Para reajustar o rumo da revolução contínua, Mao transferiu propriedades e estabeleceu cooperativas entre os produtores em 1955, transformou todos pequenos comércios em empresas estatais e gerou um crescimento exorbitante para um país de produção primária nos anos seguintes.

No geral, o crescimento econômico durante o Primeiro Plano Quinquenal da China (1953-1957) foi robusto, com média superior a 9% ao ano. Mas as taxas de crescimento flutuaram amplamente, por exemplo, de 15% em 1956 para 5% em 1957, e o crescimento industrial ultrapassou em muito o da agricultura. (JOSEPH, 2014, p. 256, tradução nossa⁶).

O projeto econômico de Mao Zedong foi visivelmente exitoso quando analisados os indicadores de investimentos derivados da superprodução primária, fazendo com que o setor industrial tivesse um investimento que “[...] cresceu de 27 para 65 bilhões de yuan entre 1952 e 1957. Mesmo com uma base reduzida [...] apenas 1,4 bilhão yuan [...] o crescimento auferido pelo setor de maquinários no mesmo período também foi relevante, 340%” (MILARÉ; DIEGUES, 2012, p. 368).

Como forma de reafirmar seu regime e aumentar a moral da população, que estava abalada pelos recentes conflitos com a Índia, o Grande Salto (1958 – 1960) buscou um crescimento através do aumento da produção estabelecendo metas exorbitantes e inatingíveis, que resultaram em manipulação dos dados pelos líderes locais motivados pelo medo de serem acusados por falta de comprometimento e de perderem seus cargos, como ocorreu em anos anteriores (KISSINGER, 2011). Acreditando nos dados maquiados, Mao determinou que os “excedentes” fossem enviados para os centros urbanos ou exportados, o que resultou em grande depressão econômica e fome, estendendo-se por toda a China em diferentes proporções já que não havia excedentes como divulgados por membros do partido (JOSEPH, 2014). Esse acontecimento atingiu tanto o setor primário quanto a indústria desenvolvida com apoio da União Soviética (MIKHAILOVA, 2013), com impactos diretos no PIB.

⁶ No original: “Overall, economic growth during China’s First Five-Year Plan (1953–1957) was robust, averaging over 9 percent per year. But growth rates fluctuated widely, for example, from 15 percent in 1956 to 5 percent in 1957, and industrial growth far outpaced that of agriculture” (JOSEPH, 2014, p. 256).

Quando o clima piorou em 1959, a fome atingiu a China rural, ceifando dezenas de milhões de vidas nas partes mais pobres do país. A indústria e o comércio também foram severamente afetados pelas políticas irracionais do Grande Salto, e o país mergulhou em uma depressão econômica. O crescimento do PIB em 1961 foi de -27,1% e -6,1% em 1962 (JOSEPH, 2014, p. 256, tradução nossa⁷).

Essas reformas serviram tanto para a produção de alimento para a população quanto para o desenvolvimento da indústria. As empresas estatais se responsabilizavam pela distribuição e fornecimento de bens agrícolas, para que o Estado pudesse garantir os dois objetivos da reforma agrária, abastecimento e se tornar a base para o desenvolvimento industrial (MILARÉ; DIEGUES, 2012)

De acordo com Milaré e Diegues (2012), na prática, o “Grande Salto” consistiu em perseguição política, no crescimento industrial por meio do investimento estatal e em aumento da quantidade de horas de trabalho, o que contribuiu para a aceleração do processo da industrialização mesmo que, posteriormente, tenha levado à estagnação do setor da agricultura. Assim, pode-se destacar que o processo proporcionou aceleração na industrialização, mas, contribuiu para a morte 30 milhões de pessoas devido um planejamento econômico baseado primordialmente no acúmulo de capital, o que era insustentável em longo prazo (ZHU, 2012).

Em 1960, a China de Mao estava sem seu parceiro soviético e sofrendo as consequências do Grande Salto, o que levou a uma aproximação dos Estados Unidos, depois de “ensaios” durante as duas crises de Taiwan, como forma de equilibrar sua posição entre as potências e de aproveitar a abertura que o governo estadunidense concedeu para reconhecer a China continental no Conselho da ONU (KISSINGER, 2011). Assim, Mao se viu no dever de afirmar a revolução internamente e buscar saídas no âmbito internacional que propiciassem maiores vantagens para a China, principalmente com o colapso da economia durante o período de 1960 a 1961 (CHANGSHENG; MENEZES JR, 2014). Isso resultou em uma reformulação de sua política econômica e uma campanha ideológica, a Revolução Cultural (KISSINGER, 2011).

Todos esses fatores foram primordiais para o abalo da relação sino-soviética, sendo possível identificar a tensão ideológica e política criada nesse período. Sem o apoio soviético, Mao Zedong iniciou a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). A Revolução Cultural, por sua

⁷ No original: “When the weather soured in 1959, famine struck rural China, claiming tens of millions of lives in the poorer parts of the country. Industry and commerce were also severely affected by the irrational policies of the Great Leap, and the country plunged into an economic depression. GDP growth in 1961 was -27.1 percent and -6.1 percent in 1962” (JOSEPH, 2014, p. 256).

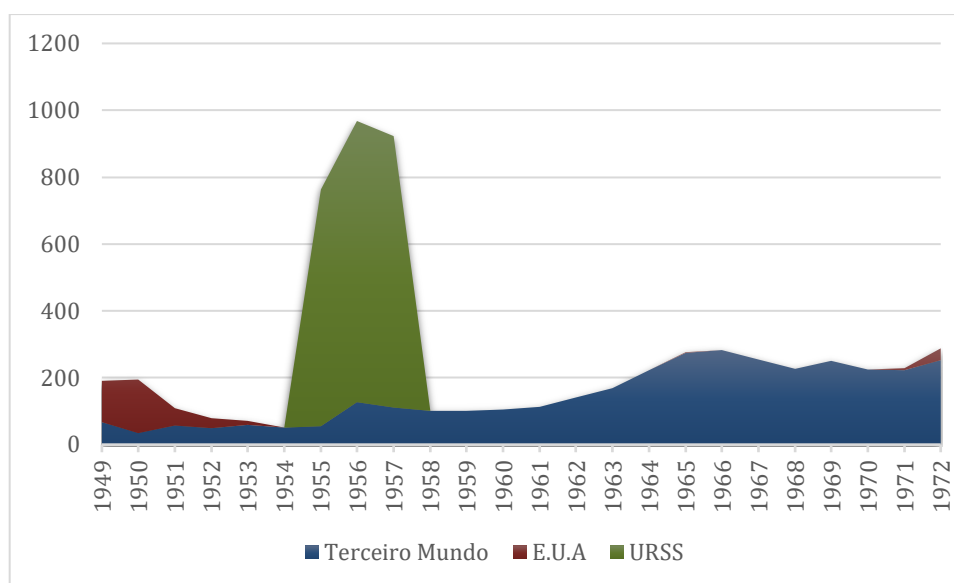
vez, tinha o intuito de combater os inimigos internos do partido Comunista Chinês e eliminar a cultura antiga (o capitalismo). Para esse objetivo foi elaborado o expurgo de membros do partido e civis, a tomada para o estado de pequenas parcelas de terra atribuídas a membros das comunas. Além disso, pequenas iniciativas privadas foram fechadas levando a quase extinção de negócios antes aprovados (TRIGO, 2007). Todo esse movimento foi feito com o intuito de afastar do revisionismo que ocorria na União Soviética, intitulada por Mao como um perigo para a revolução, e afastar o anseio inicial, que crescia, por uma economia aberta e voltada para o capitalismo (JOSEPH, 2014).

Entretanto, observa-se que na prática Mao Zedong nos últimos anos de poder procurou uma aproximação ainda maior com os Estados Unidos e maior foco no desenvolvimento chinês com o objetivo de eliminar a fome. Essa nova postura fez com que a China buscasse maior participação internacional, porém, mais como uma alternativa à antiga aliança com a URSS (MILARÉ; DIEGUES, 2012). Reforçada pelo conflito entre a China e a União Soviética gerado pela contestação de Mao pela ocupação dos soviéticos no norte da China, o que afastou ainda mais os dois países e impulsionou os Estados Unidos a estabelecer uma aproximação dos chineses, marcada pela visita do presidente estadunidense Nixon à China em 1972, proporcionando uma abertura maior para as relações comerciais entre os dois países (KISSINGER, 2011).

1.3.2 Comércio exterior

Os investimentos para a estruturação da economia no início do período Mao se deram pela relação com a União Soviética (MIKHAILOVA, 2013), assim como o processo de medidas para combater a fome gerada pelo Grande Salto aumentou com a aproximação com os Estados Unidos (KISSINGER, 2011). Assim, é possível identificar uma correlação ainda maior quando analisado o comércio exterior de 1949 a 1972.

Figura 1: Exportação da China de 1949 a 1972 (Milhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FMI (2022)

É possível identificar com a Figura 1 que a quantidade exportada acompanha diretamente a política externa. Durante os dois primeiros anos do governo Mao, há um nível de exportação considerável para os Estados Unidos, ocorrendo seu decréscimo a partir de 1950 devido à Guerra da Coreia e encerrando em 1954, depois da primeira crise de Taiwan, sendo que esses dois eventos impactaram fortemente as relações diplomática entre os dois países (KISSINGER, 2011) ao analisar a figura em questão as relações comerciais também. Porém, pode-se destacar que, devido ao afastamento da União Soviética e à intensificação dos conflitos fronteiriços com a China, as relações sino-estadunidense proporcionaram uma crescente de exportação da China na década 1970 (ZHAO, 2014).

Enquanto isso, apesar das lacunas nos dados sobre importação da China e de exportação para a URSS⁸, infere-se que os dados apresentados sobre a URSS na Figura 1 acompanham diretamente a política externa da China. Isso porque quando analisada a crescente de exportação a partir de 1954, observa-se que esse resultado é fruto do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, que teve seu auge em 1956 (MIKHAILOVA, 2013). Assim, observa-se que o desenvolvimento da relação econômica entre a URSS e a China acompanhou as relações diplomáticas, ou seja, enquanto os dois países mantinham e contribuía para o tratado o

⁸ A coleta de dados da antiga União Soviética encontra duas barreiras que impossibilita um maior detalhamento do período em questão: (i) a natureza do regime adotado, no qual era caracterizado por um regime socialista formado por diversos países o que após sua desintegração se perderam vários documentos; (ii) o contexto internacional, que era marcado por uma guerra pela hegemonia com os Estados Unidos caracterizada por disputas dialéticas, militar, tecnocientíficas e econômica, o que favoreceu o encobrimento e manipulação de dados.

comércio se desenvolvia, porém, assim que as relações forem deteriorando as relações comerciais foram enfraquecendo até o fim das relações entre os dois países.

Diferente da relação com a União Soviética e Estados Unidos, o Terceiro Mundo (como bloco) permaneceu com suas relações comerciais com a China, que teve uma crescente de exportação para os países terceiro-mundistas a partir de 1955, ano da Conferência Asiática-Africana em Bandung, no qual a China procurou se estabelecer e ampliar sua influência e ensaiou uma possível liderança do movimento (CHANGSHENG; MENEZES JR., 2014). Ademais, os conflitos com a Índia ocasionaram em um afastamento da China, entretanto, relações comerciais já haviam iniciado e a crescente de matéria para exportação, derivada do Grande Salto impulsionavam a exportação (JOSEPH, 2014), o que leva inferir que após as relações intensificadas com a participação da China no movimento dos não alinhados é possível identificar uma objetividade econômica, ao analisar a Figura 1, mesmo com a guerra sino-indiana, relação essa que foi estrategicamente aproveitada por Deng Xiaoping.

Logo, o governo Mao, é possível observar um isolamento com as duas principais potências de seu período. Apesar do isolamento não ter sido aplicado ao Terceiro Mundo, suas relações não foram suficientes para garantir investimentos para o modelo econômico ou a mudança de sua trajetória.

A falta de desenvolvimento das relações com as potências na política externo fez com que as políticas econômicas e o comércio exterior da China, se tornassem mais rígidas e dependesse majoritariamente da União Soviética, quando esta ainda era sua aliada e posteriormente dos Estados Unidos, no fim da era Mao. Esse fator explica o motivo pelo qual Mao não conseguiu reverter rapidamente suas políticas econômicas durante a Grande fome, já que as relações com o Terceiro Mundo eram baseadas em um fornecimento de assistência e desenvolvimento promovido pela China e não para a China.

Desse modo, o governo Mao é caracterizado por uma política externa seleta, em que a escolha da aproximação de um país dependia ou levava ao afastamento do outro, assim como seu modelo econômico possuía um crescimento seletivo e dependente, em que apenas algumas áreas possuíram real êxito.

2 O DESENVOLVIMENTISTA DENG XIAOPING

Deng Xiaoping é um dos principais responsáveis por desenvolver o crescimento econômico e abertura da China, possibilitado por uma política externa pragmática e um contexto favorável. Desse modo, esse capítulo possui como objetivo apresentar a política externa e o modelo econômico praticada por Deng. Para isso será trabalhado o período de 1978 a 1992, período no qual Deng se manteve determinando as diretrizes da política externa e o modelo econômico oficialmente, mesmo que tenha utilizado de seu prestígio para continuar influenciando as decisões até 1997

Assim, esse capítulo possui três seções: Contextualização, Política externa e Modelo econômico, no qual irão apresentar os principais pontos do governo Deng de acordo com as respectivas seções. A primeira seção irá contextualizar o ambiente internacional e do governo de Deng, a segunda vai abordar as principais ações da política externa e a última irá apresentar como se deu o modelo econômico no período em questão.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Após a morte de Mao, em 1978, seu sucessor, Hua Guofeng já havia assumido o cargo de presidência do partido, primeiro-ministro da RPC e presidente da Comissão Militar Central em 1976. Esses cargos possibilitaram que Hua instituisse uma política maoísta e posteriormente a aplicação das reformas de Deng Xiaoping devido a algumas iniciativas estabelecidas na área econômica e política (KISSINGER, 2011).

Durante o governo de Hua Guofeng, Deng assumiu o cargo de vice-presidente do partido e vice primeiro-ministro da RPC, movimentação essa que deu a Deng, junto a Chen Yun, abertura para aplicação de reformas que considerava necessárias para o desenvolvimento da economia chinesa e sustentação do partido (JOSEPH, 2014). Com sua volta para o centro da política chinesa, após seu exílio, Deng utilizou o 3º Pleno do Congresso do PCCh para pronunciar um discurso que seria a marca da era pós-Mao e que já apontava quem seguiria guiando os próximos passos. Seu discurso foi pautado na reforma e abertura da China como forma de melhorar a vida dos chineses com ênfase na necessidade de avançar tecnologicamente e reformar diversas áreas, o que levou Deng a ser vou a Deng ser reconhecido como uma figura central à medida que Hua perdia notoriedade (MARTI, 2021).

Enquanto Deng buscou meios para promover as reformas econômicas que acreditava serem essenciais, o sucessor de Mao se preocupou em estabelecer uma reforma parecida com o

Grande Salto, o que não foi bem percebido por outras alas do partido (JOSEPH, 2014). O descontentamento interno consistiu no ressentimento gerado pelo desastre econômico no Grande Salto que marcou a população chinesa e alas do PCCh, que ainda guardavam lembranças de uma política desastrosa ao ponto de intensificar as divisões criadas após a morte de Mao, quando Hua buscou uma política maoísta (MARTI, 2021).

As fragmentações do partido em facções eram evidentes quando Hua seguia a linha tradicional revolucionária e ao exercê-la ganhava prestígio de uma parte do partido, mas ao mesmo tempo era contra o radicalismo e apoiava, em alguma medida, as reformas de Deng Xiaoping, o que gerava descontentamento da outra ala e ganhava a graça da ala liberal. Esses fatos contribuíram para explicitar os interesses divergentes das facções maoístas, pragmáticas (liberais) e radicais que disputavam maior espaço dentro do partido (KISSINGER, 2011).

Apesar da disputa interna do PCCh, após a prisão do grupo extremo por Hua, o Grupo dos Quatro⁹, o partido se reunia em prol da visão reformista de Deng Xiaoping e Chen Yun com o objetivo de inibir as consequências desastrosas e esperadas do plano econômico “maoísta” de Hua (JOSEPH, 2014). Como aponta Yan (2001), as diferenças entre Deng Xiaoping e Mao são notórias e causaram impactos distintos na China de acordo com suas políticas econômicas: “[o] sistema fechado governado severamente por Mao Zedong impediu o crescimento da China, enquanto a política aberta adotada por Deng Xiaoping trouxe uma economia em expansão de longo prazo” (YAN, 2001, p. 35).

Hua Guofeng, foi uma figura pouca representativa e imponente dentro do partido, o que possibilitou a prática dos objetivos de Deng. Essa baixa atuação ou dificuldade em se estabelecer como uma figura forte que levaria resultados para o povo chinês fez com que Hua fosse retirado do cargo de primeiro-ministro e de presidente do partido para que Deng pudesse assumir (JOSEPH, 2014). Esse movimento apenas legitimou o que de fato acontecia, já que Deng era o vice-presidente do PCCh e vice primeiro-ministro, mas, na prática, era visto como ocupante dos cargos de Hua devido a seus esforços para mobilizar o partido e aplicar as reformas que considerava necessárias.

A gestão de Deng Xiaoping, mesmo que em alguns momentos por baixo do guarda-chuva de Hua Goufeng, obteve marcos consideráveis como as reformas econômicas, o

⁹ Também conhecido como Gangue dos Quatro, eles eram um grupo composto por Jiang Qing, esposa de Mao, e outros participantes de cargos de lideranças em cargos de importância durante a Revolução Cultural. Esse grupo buscava aplicar de forma literal as ideias de Mao, principalmente após seu afastamento, o que levou à uma maior radicalização desse grupo. Apesar de nunca terem formulado uma tomada de poder suas constantes incitações para uma maior radicalização criou preocupação dos líderes do PCCh de uma tomada de poder. Esse cenário fez com que Hua prendesse seus membros para conter as animosidades e conter a tensão de um possível golpe após a morte de Mao (JOSEPH, 2014).

crescimento do PIB chinês, a melhoria da qualidade de vida, a “normalização” das relações com os Estados Unidos e a União Soviética e a ampliação das relações entre a China e o Terceiro Mundo. Deng Xiaoping, apesar de ser representado como um líder inovador e reformista, também apresentou aspectos autoritários, como no caso do Massacre de Tiananmen em 1989, porém, sempre com traços pragmáticos para a política externa e a econômica, aproveitando o contexto internacional do interesse dos Estados Unidos na China para consolidar e modernizar o seu país (MARTI, 2021).

Sua atuação política permitiu que as reformas agrárias fossem executadas e a China se afastasse do passado traumático da Grande Fome, por meio de propostas que possibilitavam o lucro e maior atividade da economia através de uma produção primária, abertura e modernização da economia chinesa (ZHO, 2012). Parte do mérito atribuído a Deng se dá por ele ter conseguido aumentar a produção primária e mantê-la constante, o que possibilitou o desenvolvimento da indústria e abriu as portas para as outras reformas desejadas (JOSEPH, 2014).

Apesar de Deng ter afastado o passado da Grande Fome e aumentado a produção agrária, a principal marca do seu governo foi a liberalização e implementação das famosas ZEE (Zonas Econômicas Especiais), que serviram como programa piloto para a implementação do “socialismo de mercado” (MARTI, 2021). As ZEE tinha o objetivo de desenvolver o comércio e a produção chinesa com a finalidade de modernizar a China e mesmo com o surgimento da necessidade de ajustes e críticas o projeto foi bem-sucedido no que se refere a aumentar o valor da balança comercial e consolidar as relações comerciais (ZHO, 2012).

Sua trajetória foi marcada por avanços na política externa e na economia. A atuação do governo Deng dividiu em duas partes sua política externa, sendo a primeira responsável em agir conforme seus interesses entre as forças e influências do Primeiro Mundo (KISSINGER, 2011). Enquanto a outra parte da sua estratégia contou com uma relação crescente com países terceiro-mundistas, que serviu como campo para projetar e sustentar a China como uma potência crescente do Terceiro Mundo (LEE, 2008).

A China de Deng Xiaoping aprofundou a relação que havia iniciado no período Mao com os Estados Unidos, como forma de angariar investimento e apoio em suas reformas (KISSINGER, 2011). Ademais, Deng buscou a “normalização” com a União Soviética, em 1986, da qual os chineses haviam se distanciado desde 1960 (MARTI, 2021). Essa movimentação buscava equilibrar a influência que os dois países podiam exercer na China e no Sul da Ásia (KISSINGER, 2011).

Deng tinha ciência do enfraquecimento da URSS, mas valorizava sua reaproximação como forma de contrabalancear o poder dos Estados Unidos (MIKHAILOVA, 2013). Como forma de implementar sua independência a China voltou atuar fortemente com o Terceiro Mundo reafirmando os princípios iniciados por Mao, de não alinhamento e anti-hegemônico (REIS; RESENDE, 2019). Assim, o crescimento econômico chinês foi intimamente apoiado na relação com o Terceiro Mundo e foi utilizado como mecanismo para aumentar sua influência sobre os países do Sul da Ásia (LEE, 2008).

Entretanto, a posição da China de ficar entre o Primeiro Mundo não durou muito, já que a União Soviética estava visivelmente fraca e com problemas econômicos cada vez maiores (MIKHAILOVA, 2013), enquanto os Estados Unidos investiam e apoiavam as reformas de Deng. Esse contexto ocasionou em um anseio crescente da população pela democracia e uma liberalização política, o que gerou manifestações por toda China, motivadas pelas consequências da abertura descontrolada Deng Xiaoping e casos de corrupção (JOSEPH, 2014).

Entretanto, a posição da China de ficar entre o Primeiro Mundo não durou muito, já que a União Soviética estava visivelmente fraca e com problemas econômicos cada vez maiores (MIKHAILOVA, 2013), enquanto os Estados Unidos investiam e apoiavam as reformas de Deng. Esse contexto ocasionou um anseio crescente da população pela democracia e uma liberalização política, o que gerou manifestações por toda China, motivadas pelas consequências da abertura descontrolada Deng Xiaoping e casos de corrupção (JOSEPH, 2014).

Paralelo a esse cenário, Mikhail Gorbachev, então presidente da União Soviética, visitava a China como parte do processo de continuidade da normalização das relações sino-soviéticas (MARTI, 2021). A presença de Gorbachev na China atraiu a imprensa de todo o mundo que pode cobrir a repressão pelo Exército de Libertação Popular (ELP) dos protestos na Praça de Tiananmen, em 1989 (JOSEPH, 2014). O incidente ficou conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial e se tornou a marca do autoritarismo do PCCh e símbolo da base revolucionária e autoritária de Deng Xiaoping.

Mesmo que por um breve momento as relações da China com o restante do mundo ficaram abaladas pelo ocorrido em Tiananmen e forte pressão internacional sobre o ocorrido, Deng intensificou as reformas econômicas impulsionada pelas críticas levantadas pelas manifestações e pela queda da União Soviética, 1991 (KISSINGER, 2011). O fim da União Soviética e as turbulências políticas geradas após o incidente de Tiananmen fizeram com que Deng iniciasse uma viagem pelo Sul do país, em 1992, reforçando o poder e a importância da continuidade das reformas econômicas e abertura, principalmente para desenvolver e prosperar a China (MARTI, 2021).

A continuidade da Guerra Fria e a necessidade de constante adaptação foram aspectos que instigaram o pragmatismo de Deng, o qual buscou alternativas dentro do ambiente internacional e utilizou as mudanças ocorridas para adaptar suas políticas econômicas. Isso fica evidente durante o decorrer da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, quando Deng necessitou agir de forma rápida e pragmática para que conseguisse garantir a continuidade do crescimento do chinês e sua relevância (MARTI, 2021).

2.2 A POLÍTICA EXTERNA DA ERA DENG

Diferente de Mao que possuía o objetivo de garantir a perpetuidade da revolução, Deng tinha como proposta melhorar a vida da população e aumentar a participação e a importância da China nas relações globais. Nesse contexto, a política externa de Deng teve papel fundamental para projetar a China para o mundo e intensificar as relações comerciais conforme as oportunidades do ambiente internacional se apresentavam.

Essa seção busca compreender como a política externa utilizou o contexto internacional para beneficiar a China. Por isso, a análise das principais relações da China será trabalhada separadamente em três subseções: primeiramente, as relações sino-soviéticas, em seguida, as relações sino-estadunidense e, por fim, as relações entre Pequim e o Terceiro Mundo.

2.2.1 As relações entre China e URSS

Desde o fim da Era Mao as relações sino-soviéticas estavam rompidas e a reaproximação entre os dois países socialistas não agradava as diversas áreas do PCCh e da população. O histórico imperialista da União Soviética e suas incursões no território chinês, sempre percebidos como forma de explorar a nação, ainda estava presente na memória do partido e da população civil quando Deng Xiaoping retornou para a política chinesa (MIKHAILOVA, 2013).

Em um primeiro momento a política externa de Deng Xiaoping não buscou aproximar a China da União Soviética, como era defendido por ele. Mesmo que Deng defendesse a necessidade de contrabalancear a “carta americana”¹⁰ (assim chamados os princípios

¹⁰ A “carta americana”, assim chamada os princípios liberais disseminados pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, eram princípios e práticas capitalistas considerados pelos estadunidenses como necessários para uma econômica forte e duradoura que gerasse abundância. Esses princípios eram pautados na abertura de mercado e menor presença do Estado na economia, pelo menos na retórica (MARTI, 2021).

econômicos liberais) com a reaproximação da URSS, o receio do imperialismo soviético era forte o suficiente para o partido proibir a movimentação desejada de Deng, principalmente com a invasão do Afeganistão que reforçou a imagem imperialista que o partido possuía dos soviéticos (MARTI, 2021).

Assim, com o intuito de provocar o desenvolvimento econômico Deng atingiu a marca do crescimento chinês acima da União Soviética rapidamente, fazendo com que a China fosse reconhecida igualmente como uma nação socialista pelos soviéticos. Esse reconhecimento fez com que a URSS expusesse seus reais interesses territoriais no norte da China para exploração de matéria prima, o que possibilitou as primeiras movimentações que Deng desejava para uma reaproximação e negociações comerciais. Esses acontecimentos provocaram uma reaproximação entre as nações, ou como apontado por Mikhailova (2013), a “normalização” das relações entre China e União Soviética.

Como relata Kissinger (2011), Deng possuía consciência do real perigo da União Soviética, que iria muito além do imperialismo soviético - como ocorrera em outras partes do mundo – e que se materializava na China pela busca histórica de territórios ao Norte da China. Com essa percepção esclarecida, é importante acentuar a visão de Deng referente às movimentações com a União Soviética, não apenas para contrabalancear o poder dos Estados Unidos, mas também como forma de contrabalancear a influência ideológica que as relações estadunidenses poderiam provocar na ala liberal do partido (MARTI, 2021).

Por outro lado, a “normalização” das relações entre União Soviética e a China estava nos planos de Gorbachev para fazer a URSS crescer novamente com seu projeto de “socialismo de mercado” em 1986 (Perestroika¹¹). Porém, a insatisfação do leste europeu com o sistema soviético e o contexto de crise acabou impedindo que o plano de Gorbachev fosse concluído, assim, as relações entre China e a União Soviética não tiveram continuidade com a atenção antes intencionada (MIKHAILOVA, 2013).

O então líder soviético buscava uma aproximação dos chineses a partir de 1985. Entretanto, essa movimentação inicialmente despertou desconfiança entre alguns participantes do Partido Comunista Chinês, como os liberais que recebiam melhor a ideia de normalização

¹¹ A política da Perestroika, junto com a Glasnost, fazia parte do projeto de Mikhail Gorbachev, o último Secretário Geral do Partido Comunista da URSS, para recuperar a economia e aplicar reformas políticas após um crise intensa e casos de corrupção generalizada. A política Perestroika era responsável pela etapa da reestruturação econômica de Gorbachev e tinha como objetivo abrir a economia socialista para uma economia de mercado. Em resumo, é possível definir a Perestroika como “[...]conjunto de reformas para o setor econômico e posteriormente políticas com a Glasnost, que abrangiam vários setores. O principal objetivo de Gorbachev com a Perestroika era a melhora da área econômica, mas, após o verão de 1986 ao notar que as medidas não estavam tendo resultado Gorbachev lançava a Glasnost (transparência) nas relações políticas” (SANTOS, 2017)

com os Estados Unidos e até a ala revolucionária que constantemente lembrava o imperialismo russo (MARTI, 2021). Mesmo assim o pragmatismo de Deng prevaleceu quando destacou para o partido a importância de contrabalancear a influência dos Estados Unidos e a necessidade de olhar para ambas as relações de forma cética e estratégica, principalmente quando a União Soviética fazia uma proposta de paz, o que possibilitaria, e possibilitou, maior concentração nas reformas internas e maior desenvolvimento. Por fim a “normalização” de fato ocorreu com a aproximação econômica em 1986, quando a China assinou um acordo econômico com a União Soviética que estabelecia “renovação de antigas instalações industriais soviéticas em troca de bens de consumo” (MARTI, 2021, p. 24).

Por fim, as relações entre China e União Soviética foram retomadas com uma nova dinâmica, na qual a China estava mais economicamente estável do que a URSS. Configuração percebida pelos termos da retomada das relações, já que mesmo ocupando o título de Primeiro Mundo enfrentavam uma crise em sua estrutura. E mesmo com a insistência de Gorbachev e suas tentativas de reverter a crise que se espalhava pela URSS, as relações entre os dois países se encerraram de fato em 1991, quando a situação dos soviéticos se tornou insustentável e ocorreu a dissolução da União Soviética (MIKHAILOVA, 2013).

2.2.2 As relações entre China e EUA

A “normalização” das relações da China com Estados Unidos partiu de uma aproximação ocorrida desde o fim da era Mao, que, diferente da União Soviética, teve suas primeiras movimentações já a partir de 1972, na gestão Nixon (KISSINGER, 2011). As iniciativas de reaproximação, ou também “normalização”, com os Estados Unidos foram marcadas por visitas à China, que gradualmente apresentaram significativas mudanças na relação entre os dois países, como é possível observar nos Comunicados Conjuntos de Xangai dos Estados Unidos e China, nos anos de 1972, 1979 e 1982, por meio dos quais os dois países se comprometiam com pontos de convergência, sendo alguns genéricos e contraditórios. Os pontos genéricos se davam pela necessidade que ambos viam de uma aproximação, a China para contrabalancear a URSS e os Estados Unidos conquistar a confiança da China antes que ela se voltasse para os soviéticos novamente, o que necessitava uma aproximação entre as duas nações e afastar as diferenças (BROWN UNIVERSITY, 2017)

No período Nixon, havia uma preocupação em “normalizar” as relações com a China com o objetivo de suprimir a influência da União Soviética na Ásia e impedir uma escalada dos conflitos sino-soviéticos, enquanto, no período Carter, a “normalização” foi

instigada como forma de impedir o avanço da influência soviética como ocorreu na África e no Oriente Médio (KISSINGER, 2011). Em contrapartida, Deng visava à reaproximação como uma oportunidade de captar investimento e obter apoio para suas reformas econômicas, além de situar a China entre duas potências e contrapor o poder soviético (MARTI, 2021).

Apesar de ter ocorrido um esboço para a “normalização” na segunda crise de Taiwan, descrita por Kissinger (2011) como uma aproximação rápida e momentânea, a visita de Nixon, em 1972, foi recebida com certa desconfiança e precavida abertura por Mao e pelo partido, pelo fato da influência de Deng ainda não ser estabelecida hegemonicamente no PCCh (JOSEPH, 2014). Porém, mesmo com certo receio chinês com os Estados Unidos os resultados se apresentaram promissores:

As duas partes manifestaram a esperança de que os ganhos alcançados durante esta visita abram novas perspectivas para as relações entre os dois países. Eles acreditam que a normalização das relações entre os dois países não é apenas do interesse dos povos chinês e americano, mas também contribui para o relaxamento da tensão na Ásia e no mundo (BROWN UNIVERSITY, 2017, p.3, tradução nossa¹²).

Um dos resultados da visita dos estadunidenses à China em 1972 foi a declaração dos chineses de que a questão de Taiwan era um impasse para a “normalização” das relações com os Estados Unidos. A declaração conjunta estabelecida entre as duas partes pressupunha que suas relações seguiriam os princípios do “[...] respeito pela soberania e integridade territorial de todos os Estados, não agressão e benefício mútuo e coexistência pacífica” (BROWN UNIVERSITY, 2017, p.2, tradução nossa¹³). Assim, a gestão Carter foi assertiva ao garantir que seu assessor de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, reafirmasse os princípios de 1972 no comunicado conjunta derivado da visita de 1978 e a partir deles desenvolvesse pontos mais sensíveis e aceitáveis para que a China mantivesse o processo de “normalização”, como a declaração dos estadunidenses em diminuir o fornecimento de armas para Taiwan, o reconhecimento de uma China única e a problemática da Ilha Formosa sendo uma questão interna da China continental (KISSINGER, 2011).

¹² No original: “The two sides expressed the hope that the gains achieved during this visit would open up new prospects for the relations between the two countries. They believe that the normalization of relations between the two countries is not only in the interest of the Chinese and American peoples but also contributes to the relaxation of tension in Asia and the world” (BROWN UNIVERSITY, 2017, p. 3).

¹³ No original: “[...] respect for the sovereignty and territorial integrity of all states, non-aggression and mutual benefit, and peaceful coexistence.” (BROWN UNIVERSITY, 2017, p. 2).

O Comunicado Conjunto de 1979 foi marcado pela reafirmação de uma “normalização” das relações entre os dois países, desenvolvimento sobre como seria abordada as tensões com Taiwan e estabelecimento das relações diplomáticas. Ademais, os EUA reconheceram a China continental, deixaram a critério desta a resolução com Taiwan, contanto que orientada de forma pacífica e declararam interesse em retirar as instalações militares com a diminuição das tensões na região (KISSINGER, 2011). Assim, as declarações de intenções trouxeram princípios genéricos e contraditórios que possuíam pouco efeito prático imediato, mas propiciaram avanços na “normalização” e intensificaram as relações dos dois países.

No Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas de Relações Diplomáticas em 1º de janeiro de 1979, emitida pelo Governo dos Estados Unidos da América e pelo Governo da República Popular da China, os Estados Unidos da América reconheceram o Governo da República Popular da China como o único governo legal da China, e reconheceu a posição chinesa de que existe apenas uma China e Taiwan faz parte da China (BROWN UNIVERSITY, 2017, p.4, tradução nossa¹⁴)

Kissinger (2011) destaca os temas tratados na visita de Zbigniew Brzezinski a China, em 1978, que deu origem ao Comunicado Conjunto de 1979, no qual foi pautada pelo perigo que a União Soviética possuía sua crescente influência e como esses fatores poderiam ser aliados com a fragilidade do Terceiro Mundo, principalmente com as investidas do Vietnã para dominar o Camboja e Laos. O temor dos Estados Unidos era que a URSS aproveitasse de conflitos regionais para expandir seu poder sobre a Ásia, sendo a solução viável uma pressão conjunta com a China para contê-la. Ao mesmo tempo, os chineses compreendiam e temiam o perigo do imperialismo soviético na região, o que possibilitou uma abertura maior para a “normalização” com os estadunidenses.

Anos mais tarde Deng continuou sua política externa com Ronald Reagan com a urgência em “normalizar” com os Estados Unidos devido ao crescente poder das URSS e a necessidade de contrabalancear os soviéticos. A insistência de Ronald Reagan em continuar fornecendo armamento para Taiwan, e a de Deng em ser inflexível com a temática resultou em uma “normalização” marcada pelo Comunicado Conjunto de 1982, que apresentava

¹⁴ No original: “In the Joint Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations on January 1, 1979, issued by the Government of the United States of America and the Government of the People’s Republic of China, the United States of America recognized the Government of the People’s Republic of China as the sole legal government of China, and it acknowledged the Chinese position that there is but one China and Taiwan is part of China” (BROWN UNIVERSITY, 2017, p. 4)

declarações esquivas contendo objetivos contraditórios e passíveis de dúbia interpretação (KISSINGER, 2011).

Na prática, os Estados Unidos continuariam a estabelecer relações culturais, comerciais e outras relações não oficiais com Taiwan, enquanto afirmava que não venderiam uma quantidade a mais de armamentos para Taiwan do que já foi vendido desde o comunicado e que iria haver uma redução gradual com o passar dos anos (BROWN UNIVERSITY, 2017). Por outro lado, a China procurou resolver as questões com Taiwan de forma pacífica e cobrar não interferência de outro país nas questões, mesmo que ambos soubessem que o Comunicado empurrava a solução de Taiwan para o futuro e priorizava a aproximação entre os dois países (KISSINGER, 2011).

A “normalização” das relações entre China e Estados Unidos, principalmente na década 1980 fez com que o país asiático se posicionasse no que Kissinger (2011) destaca como aliado contra o avanço dos soviéticos, mas que na prática se tratava de uma defesa dos interesses chineses e manutenção do equilíbrio da China entre os dois países. Ao assumir essa postura a China utilizava a força dos Estados Unidos para impedir o imperialismo soviético e contrabalancear o poder da União Soviética de acordo com seus interesses, assim se protegendo internacionalmente.

Entretanto, o medo da ala tradicional do PCCh sobre a influência que os Estados Unidos poderiam exercer na sociedade chinesa começou a ser materializado ainda na década de 1980. As reformas econômicas, a modernização do mercado chinês e aproximação com estadunidenses colocou a população em contato com os valores ocidentais, o que provocou uma mobilização para uma reforma não só econômica, mas também política por parte da ala liberal do partido (JOSEPH, 2014).

Os Estados Unidos acreditavam em uma possível democratização da China (dentro do conceito ocidental) conforme as reformas de Deng avançavam e que os valores ocidentais seriam agregados aos poucos (MARTI, 2021). Porém, Deng rapidamente reprimiu o surgimento de uma reforma política dentro PCCh e iniciou o processo de “normalização” das relações com a URSS em 1986, para equilibrar a influência estadunidense (MIKHAILOVA, 2013).

Assim, o fim da década de 1980 foi marcado por uma pressão dos Estados Unidos por uma democratização da China, o que motivou parte dos protestos generalizados contra a política chinesa, suas políticas que causaram desigualdade e seus casos de corrupção (JOSEPH, 2014). As ondas de protestos culminaram no incidente da Praça Tiananmen, em 1989, o qual interferiu diretamente nas relações entre a China e Estados Unidos devido à forte pressão do congresso estadunidense e a pressão popular, que caracterizava o ocorrido como um crime contra os

direitos humanos. As sanções e afastamento das relações diplomáticas dos Estados Unidos foi uma reação automática, que voltaram a ser normalizadas depois de negociações entre os dois países, que resultaram na permissão da China, em 1990, para a saída de Fang Lizhi e sua esposa¹⁵ do país (KISSINGER, 2011).

2.2.3 A relação entre China e o Terceiro Mundo

As relações com o Terceiro Mundo na era Deng foi uma intensificação do que Mao iniciou em seu governo. Porém, apresentou características próprias da política externa, marcada por uma atuação diversificada e símbolo de uma nova política externa (VIEIRA, 2019).

Apesar da influência crescente na política, Deng conseguiu seus primeiros resultados na política externa sobre o Terceiro Mundo em 1982, quando foi estabelecido os princípios para orientar a política externa (independência, igualdade completa, respeito mútuo, não interferência nos assuntos internos dos outros) e, no mesmo ano, foi instituído os “Quatro Princípios para Cooperação Econômica e Técnica Sino-Africana” (igualdade e benefício mútuo, ênfase em resultados práticos, diversidade na forma e progresso comum) como forma de reafirmar o princípio da Conferência de Bandung e fomentar a cooperação (VIEIRA, 2019). Diferente do que ocorreu com o Primeiro e o Segundo Mundos, a China buscou o Terceiro Mundo para expressar sua nova política de paz e não interferência em outras nações (ZHAO, 2014).

O poder e significância internacional que a China adquiriu ao estabelecer relação com os países da Ásia, África e América provocou para os chineses um ganho considerável economicamente e político. Esses ganhos foram materializados na ação do governo chinês na década de 1980, quando transformaram ministérios em: “[...] empresas responsáveis por projetos nos países receptores, mesclando os interesses do CPC com os das estatais” (VIEIRA 2019, p. 57, tradução nossa¹⁶)

Deng Xiaoping adotou uma política externa na qual a China saía do papel de revolucionário global e aplicava o seu desenvolvimento como exemplo e contribuição para o socialismo e para o mundo, ao mesmo tempo que pregava a paz entre os povos e não interferência nos assuntos domésticos. O papel de paz e equilíbrio que Deng adotou junto ao

¹⁵ O casal havia sido acusado pela RPC de incentivar os protestos e exilados na embaixada dos Estados Unidos (KISSINGER, 2011).

¹⁶ No original: “[...] companies responsible for projects in recipient countries, mixing CPC interests with those of the SOEs” (VIEIRA 2019, p. 57)

terceiro mundo foi uma manobra para evitar a guerra e buscar desenvolver o Terceiro Mundo, o qual não possuía poderio militar para uma terceira guerra militar e nem desenvolvimento econômico para oferecer estabilidade e qualidade de vida para sua população durante conflitos armados das potências (ZHAO, 2012).

As relações entre China e o Terceiro Mundo intensificaram na era Deng principalmente após o incidente de Tiananmen, que provocou uma forte reação da opinião pública e do governo dos Estados Unidos. O incidente levou Deng a defender uma configuração multipolar, expandir sua atuação na África, América Latina, Central, Sul e Sudeste da Ásia e Oriente Médio e buscou aumentar a cooperação nessas áreas, com maior destaque no continente africano, através de construções e financiamento (VIEIRA, 2019).

O desenvolvimento do Terceiro Mundo, pelo qual a China reivindicava, não era apenas para os chineses, mas também promovidos por eles. Assim como apontado por Lee (2008), a China se mobilizou a partir da década de 1980 para financiar e/ou construir projetos como novos portos de comunicações marítimas e rotas de transporte terrestre no Paquistão e na Birmânia, respectivamente, linhas de comunicação através dos oceanos Índico e Pacífico. Destarte, os projetos desenvolvidos no Terceiro Mundo cumpriram o papel de aumentar a influência da China no Pacífico Sul, garantir e estabelecer suas fronteiras e aumentar o comércio com os países terceiro-mundistas, como será apresentado na próxima seção.

2.3 O MODELO ECONÔMICO DA ERA DENG

O governo pragmático de Deng, foi marcado por diversos fatos, mas a questão econômica, especificamente o crescimento, foi seu grande legado e por essa razão essa seção é parte fundamental para compreender o impacto da política externa. A aplicação do modelo econômico de Deng Xiaoping, aliada à ideologia de um socialismo com características chinesas, iniciou o crescimento exponencial da China. Para analisar como esse crescimento se deu e o impacto das relações até aqui apresentadas será tratado nas próximas duas seções: a política econômica e o comércio exterior.

2.3.1 Política Econômica

As políticas econômicas definidas por Deng foram marcadas pela aplicação de reformas que perduraram durante todo seu governo. Deng Xiaoping as aplicou gradualmente, mas ganhou maior impulso quando as propostas econômicas maoístas de Hua Guofeng demonstraram ineficazes (JOSEPH, 2014).

Deng tinha como objetivo continuar o legado da revolução aumentando a qualidade de vida da população por meio da política de Gaige Kaifang, “reforma e abertura” (ZHO, 2012). Essas reformas foram aplicadas de forma gradual, experimental e descentralizada, em um contexto geral, mas como aponta Joseph (2014), houve momentos de grande intensificação como na década de 1990.

Em 1972, Deng iniciou uma articulação, para a necessidade de “Quatro modernizações” essenciais em áreas estratégicas para o desenvolvimento da China, sendo elas a agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia (KISSINGER, 2011). Mas, foi apenas em 1978 devido ao forte poder de liderança e articulação, que as primeiras reformas agrícolas foram estabelecidas (MARTI, 2021).

Deng enxergava a produção agrícola com um modelo defasado e com extrema necessidade de mudanças. Para que o campo pudesse produzir mais e evitar uma fome generalizada como ocorreu no período Mao, Deng iniciou um processo de fim do “sistema de agricultura coletiva” e instituiu um novo modelo no qual os produtores familiares poderiam vender seus excedentes pelo valor de mercado:

Primeiro, o governo aumentou os preços dos produtos agrícolas. Em segundo lugar, o anterior “sistema de agricultura coletiva” foi mudado para o “sistema de responsabilidade familiar”. Sob o novo sistema, cada família agrícola recebia uma cota fixa de grãos que a família tinha que vender ao governo a preços oficiais. No entanto, qualquer grão extra que a família produzisse poderia ser vendido a preços de mercado. (ZHO, 2012, p.113, tradução nossa¹⁷).

Fora a reforma no campo, Deng teve como uma das maiores marcas de seu governo a criação das ZEE (Zonas Econômicas Especiais) em 1979. Essas zonas eram geridas pelo partido, mas possuíam autorização para estabelecer um mercado liberalizante:

Em teoria, as ZEE dependeriam de capital estrangeiro. Seus produtos deveriam ser manufaturados para exportação dentro de uma estrutura econômica socialista, isto é, embora a região estivesse sob o controle político de um governo marxista que empregava um sistema econômico marxista de controle central, havendo tolerância com a prática limitada local de métodos econômicos capitalistas (MARTI, 2021, p.9).

¹⁷ No original: “First, the government increased prices for agricultural goods. Second, the previous “collective farming system” was shifted to the “household-responsibility system.” Under the new system, each farm household was assigned a fixed quota of grains that the household had to sell to the government at official prices. However, any extra grain the household produced could be sold at market prices” (ZHO, 2012, p. 113).

Zho (2012) destaca que essas reformas implantadas a partir de 1978 resultaram em um crescimento de 5,64% dos fatores de produtividade do setor rural entre 1978 e 1984. Isso significou um crescimento de 47% na produção, conseqüentemente, o fim de uma alimentação insuficiente para o início de uma produção que conseguisse alimentar sua população. Com a sinalização de resultados positivos, mesmo admitindo desvios pontuais como corrupção, suborno, mercado clandestino e apropriação de propriedade estatal, Deng ampliou as ZEE em 1982 (MARTI, 2021)

Paralela as ZEE e as reformas no campo, em 1980, a China aumentou o papel das forças de mercado e reduziu o planejamento do governo na economia ocasionando a inserção da China de forma mais completa na economia global graças o financiamento e apoio dos Estados Unidos. Essas ações foram justificadas pela alegação de que a China estava em um estágio primário do socialismo e que devia se industrializar para depois estabelecer uma propriedade estatal completa (JOSEPH, 2014).

Outra reforma promovida por Deng foi o aumento do setor privado em detrimento das empresas públicas nos centros urbanos, no qual o governo deixava que as empresas públicas ineficientes falissem e os funcionários das empresas públicas fossem absorvidos “naturalmente” pelas empresas privadas, o que na prática gerou desemprego. Enquanto isso no campo houve uma mudança de 69% para 50% dos trabalhadores nos setores rurais de 1978 para 1984, sendo a realocação para as empresas estabelecidas em vilarejos (ZHO, 2012). Essas empresas eram “fábricas rurais pertencentes e operadas por governos locais que competiam frontalmente na economia de mercado de abertura com fábricas estatais ineficientes e forneciam o excesso de trabalho rural” (JOSEPH,2014, p. 126, tradução nossa¹⁸).

Porém, no fim década de 1980 começaram surgir seus primeiros problemas em relação a administração da economia: diminuição da arrecadação, abertura descontrolada, a crise do petróleo e carvão e o déficit da balança comercial. Esse cenário afetou diretamente as ZEE que dependia do capital estrangeiro (principalmente dos Estados Unidos), que a partir de 1985 passaram a ser voltadas para exportação e financiadas através da exportação de bens de consumo, o que resultou no superávit de 1987 (MARTI, 2021)

O crescimento da produção agrícola e o pedido de Deng, em 1984, para acelerar as reformas estruturais não impediram as conseqüências de um crescimento descontrolado, caracterizado por processos de decisões descentralizados no qual o poder central não conseguiu

¹⁸ No original: “[...] rural factories owned and operated by local governments that competed head-on in the opening market economy with inefficient state factories and provided for excess rural work” (JOSEPH, 2014, p. 126).

supervisionar. A descentralização e a transferência da responsabilidade do comércio para empresas provocaram um baixo arrecadamento de impostos e baixos investimentos locais provocaram aumento da inflação, o que agravou ainda mais quando o governo imprimiu mais dinheiro para financiar seus investimentos (MARTI, 2021). Joseph (2014) ainda argumenta que as reformas econômicas abortaram os preços das *commodities* tabelados pelo Estado fazendo com que houvesse um aumento para o consumidor final, conseqüentemente, também impactou a baixa arrecadação.

De forma complementar, Zho (2012) aponta como parte da crise o fato das reformas não conseguirem seguir sem que houvesse uma modernização nas máquinas da indústria e dependesse apenas da mão de obra e seus incentivos. Por esse motivo, na segunda metade da década de 1980, a produtividade agrícola e a transformação estrutural estagnaram. Diante desse cenário e de uma balança comercial deficitária em 14,9 bilhões de dólares, Deng se viu sem saída para atender o mercado consumidor adquirido através das “normalizações” e progresso com o Terceiro mundo a não ser intensificar a abertura econômica e dedica-la através das ZEE, já que a União Soviética não era uma opção (MARTI, 2021).

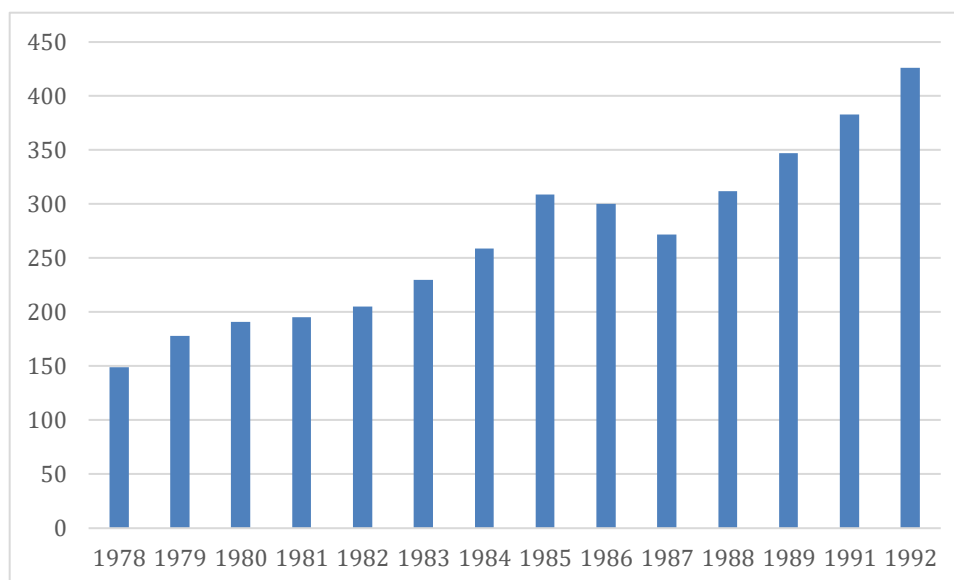
Deng encontrou como solução utilizar dos investimentos e influência dos Estados Unidos para intensificar suas reformas, enquanto direcionava sua exportação e investimento no Terceiro Mundo, como garantia de um projeto à longo prazo (VIEIRA, 2019). O aumento da demanda de produção pelos soviéticos e dos países do Terceiro Mundo levaram ao superavit de 1987, mas não conseguiram suprimir o descontentamento provocado na população.

O descontrole econômico levou à Crise de Tiananmen em 1989 o que provocou uma reação da ala mais conservadora do partido. Motivados pela crise dos países socialistas na Europa, a solução encontrada pelo partido em 1989 foi retroceder as reformas, o que levou a um projeto que combinou austeridade e recentralização. Isso significava que haveria a volta da restrição de preços e salários e as decisões de investimento voltariam ser centralizadas. O resultado foi a desaceleração do crescimento chinês a falência de províncias e o aumento do desemprego (JOSEPH, 2014).

Ao avaliar as reformas de Deng de 1980 e 1989, pode-se perceber que elas propiciaram entre 1980 e 1989 que as empresas não estatais crescessem suas participações no emprego e que os trabalhadores tivessem mais acesso à matéria prima e capital. Destarte, é perceptível que o crescimento durante o período Deng foi estabelecido pelas empresas não estatais (ZHO, 2012). Movido pela percepção de que suas reformas poderiam ser reajustadas Deng teve urgência em fazer uma campanha para que elas fossem colocadas em pauta após o fim da União

Soviética, prevendo que caso a China não se desenvolvesse perderia importância internacional, principalmente após as sanções devido à crise de Tiananmen (KISSINGER, 2011)

Figura 2: PIB (atual bilhão US\$)

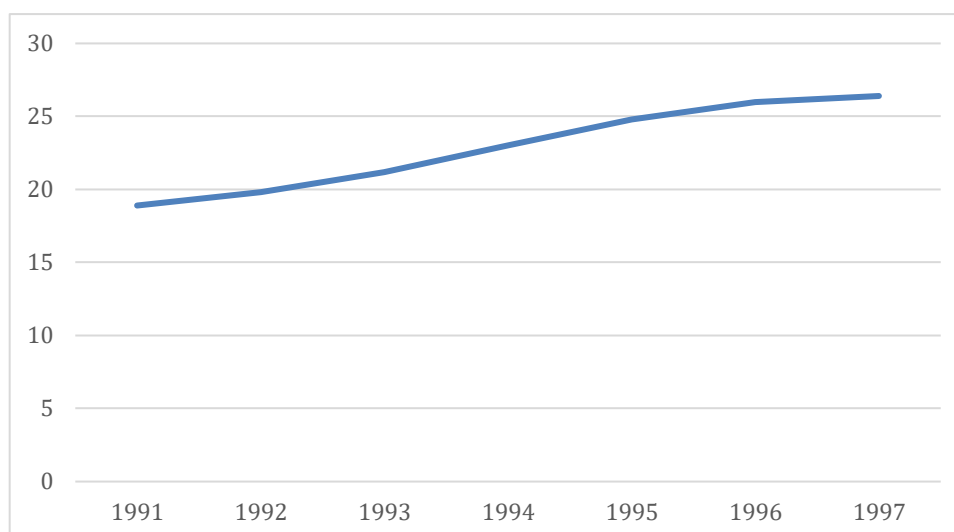


Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Banco Mundial (2022)

Mesmo não ligado oficialmente ao governo, Deng impactou os anos que sucederam sua liderança direta ao promover reformas que na economia chinesa que propiciaram o crescimento do PIB chinês (JOSEPH, 2014). Deng, provocou um salto no crescimento do PIB desde as primeiras implantações das reformas e mesmo quando elas apresentaram lacunas, Deng foi assertivo em corrigir as reformas como ocorreu entre 1985 e 1992, como apresenta a Figura 2, que para impedir a diminuição do PIB ele reorganizou as ZEE com foco da exportação e a estabeleceu a permanência do crescimento agrícola (MARTI, 2021).

O crescimento descontrolado de 1982 até 1986 se deve pela “normalização” das relações com os Estados Unidos, as quais propiciaram que os chineses obtivessem grandes incentivos e investimentos dos estadunidenses para maior liberalização e abertura (VIEIRA, 2019). Porém, o aparecimento de alertas como a diminuição do PIB e crescimento do desemprego, junto com a “normalização” com a União Soviética, na qual levou a ala tradicional do partido e Deng darem mais atenção as questões ideológicas do partido, influenciaram no início do processo de ajustes da política econômica (JOSEPH, 2014).

Figura 3: Emprego em serviços (% do emprego total) (estimativa modelada da OIT)



Fonte: Banco Mundial

A política externa de Deng Xiaoping abriu uma porta econômica que governos posteriores continuaram aproveitando. A China através da sua relação com o Terceiro Mundo e sua afirmação dos princípios de independência, igualdade completa, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos dos outros, estendeu sua presença econômica para os países africanos, asiáticos e latino-americanos ao mesmo tempo que assumia o papel de promotora do desenvolvimento (LEE, 2008).

Nesse contexto, a conquista advinda das relações com o Terceiro Mundo propiciou benefícios para a economia da China e sua população. A volta para o aumento dos empregos em 1992 se deve pelo fato de antigos Ministérios ou empresas ligadas a eles foram transformadas em empresas que fomentaram projetos de infraestrutura e mercado através de financiamento e *joint ventures* nos países do Terceiro Mundo. Assim, a aproximação do Terceiro Mundo propiciou que RPC ganhasse tanto o mercado de exportação quanto mercado interno de produção e serviço (VIEIRA, 2019).

Em um quadro geral, pode-se acompanhar os resultados das políticas econômicas de acordo com seu objetivo de melhorar a qualidade de vida da população analisando os dados fornecidos pelo Banco Mundial. Nos gráficos, acima observa-se o crescimento contínuo do PIB, ligado diretamente às políticas econômicas adotadas, enquanto houve um aumento do nível de desemprego a partir do ano de 1981 e estabilização na década de 1990. Esses dados evidenciam as consequências do crescimento causado pelo fomento às empresas privadas sem um projeto de absorção da mão de obra das empresas públicas que foram se desintegrando desde o início das reformas Deng (JOSEPH, 2014). O crescimento do PIB destaca a assertividade de Deng

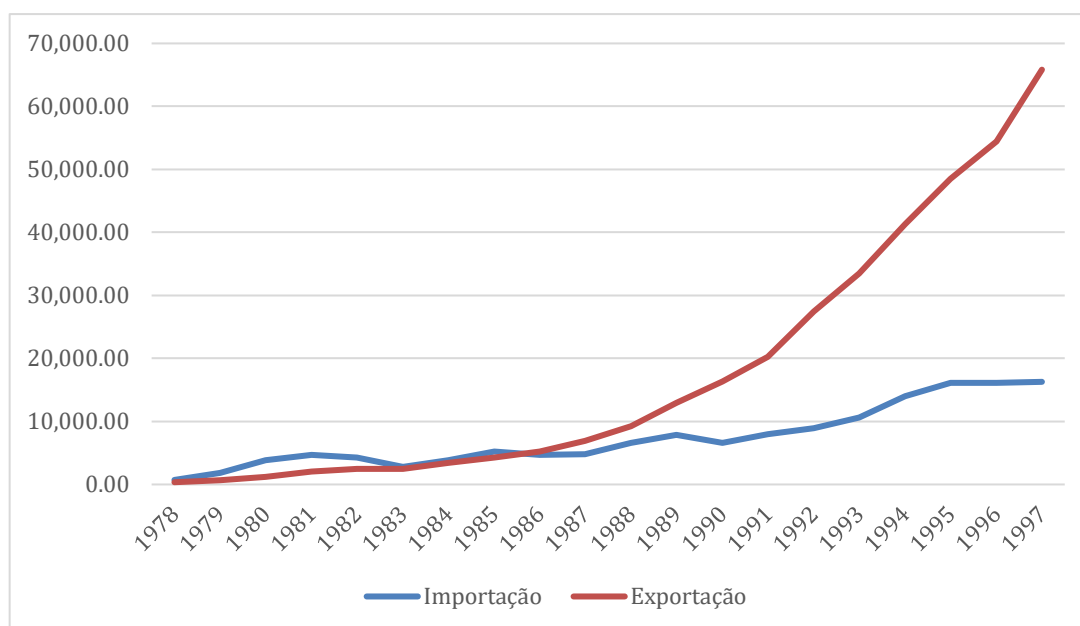
no âmbito econômico, porém, um descuido ao contribuir para o aumento do desemprego, que começaram ser revistas e reparadas a partir de 1989 com a intensificação das reformas e as readequações das políticas adotadas anteriormente, como inauguração de novas ZEE e sua destinação para exportação (MARTI, 2021). Essas mudanças apontaram que o crescimento industrial e a liberalização da década 1980 apesar de elevarem os índices econômicos e desenvolver a economia chinesa (ZHO, 2012) teve impacto direto na promoção da desigualdade durante a busca pela qualidade de vida do povo chinês, havendo uma alteração apenas na década 1990 quando houve aumento de emprego a partir de 1992.

Com o fim da União Soviética, Deng viajou ao Sul da China em 1992 em campanha da continuidade das reformas ao afirmar a importância delas para a continuidade do desenvolvimento da China. Com esse aceno, as províncias continuaram o processo das reformas, que provocou o alto crescimento da década de 1990 marcado pelo alto crescimento da economia chinesa através das políticas desenvolvidas, entre outros, pelo financiamento dos Estados Unidos e por sua ampliação das relações comerciais com os países com o Terceiro Mundo e (VIEIRA, 2019).

2.3.2 Comércio exterior

As relações comerciais durante o período Deng impactaram diretamente nos resultados da política econômica e foram influenciadas pela política externa e o contexto internacional na mesma medida. As relações comerciais com EUA, União Soviética e o Terceiro Mundo foram modificadas à medida que Deng aplicava a normalização ou ampliava as relações. As relações comerciais com os Estados Unidos evidenciam essa relação quando observada a crescente exportação e importação entre os dois países:

Figura 4: Exportação e importação chinesa dos Estados Unidos (Milhões de dólares)



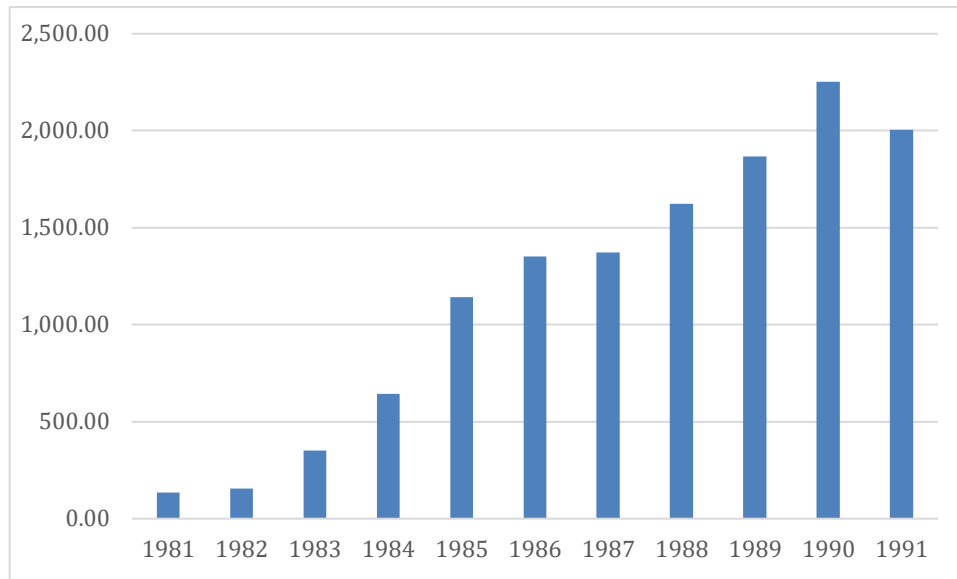
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FMI (2022)

A crescente das importações acompanhou o desenvolvimento da normalização das relações diplomática entre China e os Estados Unidos como resultadas dos encontros em 1972, 1978 e 1982 (BROWN UNIVERSITY, 2017). Entretanto, pode-se identificar que o nível de importação foi superado pela exportação a partir de 1986, como resultado da queda da URSS e da última declaração conjunta.

Porém, dentro do contexto internacional é possível identificar a importação e a normalização foram motivadas por um esfriamento e tensões entre China e União Soviéticas, que permaneceram afastadas até 1981, quando foi assinado um acordo com os soviéticos com o intuito de normalizar as relações e contrabalançar a influência dos estadunidenses na China e na Ásia, principalmente em Taiwan (MARTI, 2021)

Mesmo a China considerando a União Soviética como potência as relações comerciais demonstravam uma exportação crescente da China para os soviéticos devido sua crise financeira e política (MIKHAILOVA, 2013). Isso é perceptível quando analisado o gráfico abaixo, no qual destaca que houve uma crescente importação de produtos chineses por parte dos soviéticos como forma de estancar a crise econômica e reaver as relações sino-soviéticas, havendo uma queda significativa apenas no mesmo ano da queda da União Soviética:

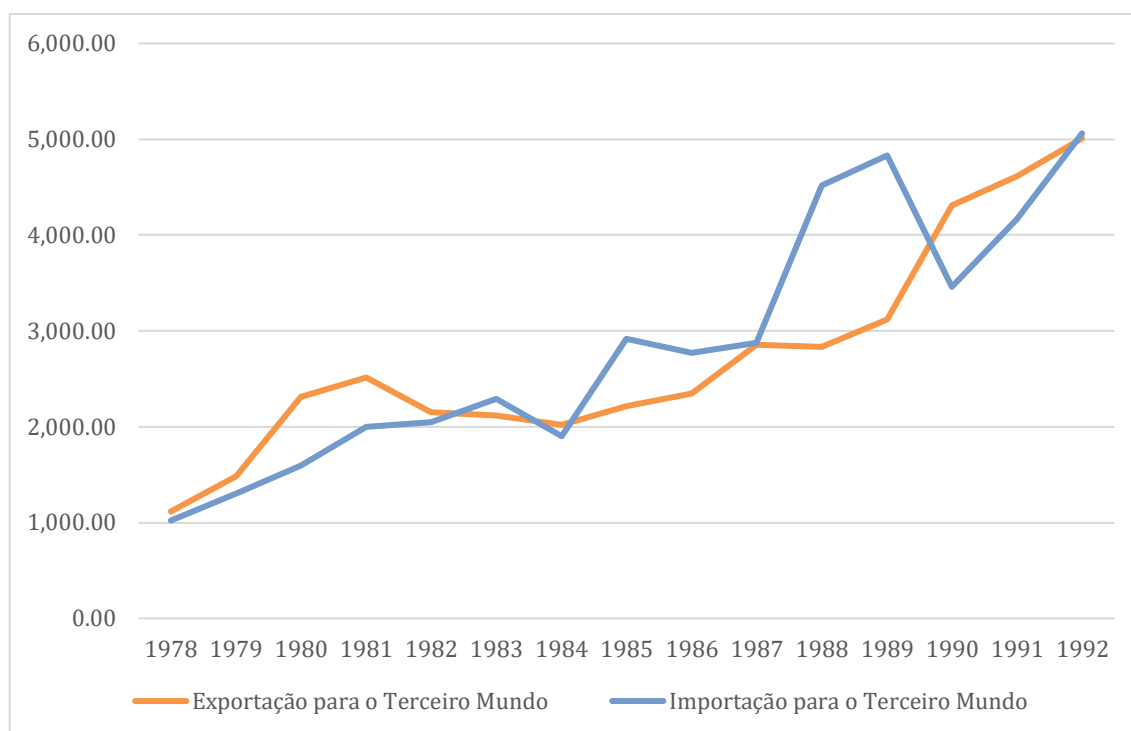
Figura 5: Importação da URSS de produtos chineses (Milhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FMI (2022)

Em contrapartida, o crescimento das exportações para os Estados Unidos teve uma crescente desde 1978, intensificado com o fim da União Soviética quando Deng buscou desenvolver a China mais rápida para que firmasse como um país importante para a política global, já que a posição entre duas grandes potências era impossível com o fim da URSS (JOSEPH, 2014). O resultado dessa política de reforma acelerada foi a dedicação da ZEE em produtos exportados e uma apropriação do mercado estadunidense ano após ano (MARTI, 2021). Deng, aproveitou o potencial de exportação da China e a necessidade de exportar após a crise no início da década de 1990 e empenhou exportar para o Terceiro Mundo ao passo que as importações decorrentes deles cresciam desde a ascensão de Deng, como forma de estabelecer relações comerciais e posteriormente ampliar seu mercado consumidor, como é observado no gráfico abaixo:

Figura 6: Balança comercial da China com o Terceiro Mundo (Milhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FMI (2022)

Os incentivos para a liberalização do mercado chinês, aliado aos avanços da relação da China com o Terceiro Mundo, provocaram uma abertura que afetaram negativamente a balança comercial, cujo resultado da política externa com o Terceiro Mundo ampliou o mercado consumidor para exportação chinesa, mas dobrou as importações desse mesmo bloco, como observasse nas duas maiores diferenças em relação à exportação no ano de 1985 e 1989 (Figura 6). Porém, os reajustes das ZEE e o aumento da presença da China nos países do Terceiro Mundo através da política externa voltada para a convivência pacífica e não hegemônica abriu as portas para que a China financiar, investir em infraestrutura e até atuação de empresas no mercado do Terceiro Mundo, o que levou a China exportar produtos e serviços e garantindo superavit da sua balança comercial como Terceiro Mundo (VIEIRA, 2019).

Logo, a era Deng demonstrou vários acertos em relação a política externa, nos quais se destacam a intensificação das relações com o Terceiro Mundo, a “normalização” com os Estados Unidos e com a União Soviética. Destarte, essas práticas possibilitaram que a China tivesse investimento e incentivos dos Estados Unidos que contribuíram para as reformas e abertura econômica, paralelamente ao crescimento das relações com o Terceiro Mundo como garantia de um projeto a longo prazo e equalizador das relações comerciais, além de usar a

antiga relação com a União Soviética para fomentar sua exportação e manter próximo um “parceiro” de mesma ideologia que reafirmasse os valores do partido.

CONCLUSÃO

A política externa da China possibilitou que Mao e Deng ajustassem o modelo econômico conforme era implementado. As escolhas que definiram a direção da política externa afetaram diretamente quem seria os remetentes dos investimentos para o desenvolvimento da economia chinesa e qual mercado os chineses poderiam atuar.

É possível identificar que em ambas os governos houve modificação da política externa que possibilitaram ou cercearam o crescimento do modelo econômico. Ao analisar as mudanças ocorridas na variável independente é perceptível os efeitos sobre a variável dependente:

Tabela 2: Análise do impacto da variável independente

Variável independente	Variável dependente	
	Mao	Deng
URSS	-	+
EUA	-	+
Terceiro Mundo	+	+

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2 apresenta um resumo do impacto da política externa durante o governo Mao e Deng no modelo econômico, no qual pode ser usado para fazer um comparativo com os resultados obtidos. Dessa forma, é possível identificar as diferenças e semelhanças seguidas dos benefícios e malefício gerados pela política externa.

As relações entre China e a União Soviética apresentaram, de forma geral, resultados distintos nos dois governos. No período Mao foi caracterizada por uma aproximação natural no início, mas com o tempo observa-se uma deterioração gradual até o fim da relação diplomática entre os dois países. Esses fatores criou forte relação comercial e possibilitou o financiamento da implantação modelo econômico socialista chinês, mas, a política externa voltada para a URSS em detrimento das relações com os Estados Unidos e posteriormente o fim das relações sino-soviéticas causaram, consecutivamente, um modelo econômico dependente e um crescimento seletivo (limitado) que caracterizou o impacto negativo.

Deng assumiu o poder da China quando as relações com soviéticos ainda estavam cortadas. Porém, ele implantou uma política externa de “normalização” das relações entre os dois países baseada na coexistência da China entre as duas potências, o que possibilitou usufruir da relação soviética sem a necessidade de excluir os Estados Unidos. Assim, Deng estabeleceu novas relações comerciais para exportar, o que auxiliou a balança comercial e possibilitou o desenvolvimento das ZEE com parte da produção destinada para os soviéticos.

As relações com os Estados Unidos seguiram o mesmo padrão de saldo negativo no governo Mao e positivo no período Dengo. Isso ocorreu porque durante a maior parte do tempo as relações entre Estados Unidos e a China estiveram afastadas na era Mao.

No início havia uma disputa ideológica, porém, as relações comerciais ainda eram mantidas. Esse cenário alterou após a Guerra da Coreia, quando os dois países se afastaram diplomaticamente e apenas em 1971 iniciou o processo de “normalização” das relações sino-estadunidense, o que não permitiu Mao obter ganhos substanciais ainda em seu governo. A exclusão dos Estados Unidos na maior parte da política externa da China, no período em questão, contribuiu para a dependência deste com os soviéticos para o desenvolvimento do modelo econômico e a falta de fontes de recursos e meios para superar a Grande Fome.

Tendo isso em vista, Deng continuou o processo de “normalização” com os Estados Unidos, o que levou ao desenvolvimento da relação entre os dois países, mesmo com suas diferenças. Essa relação garantiu um apoio ao modelo econômico liberalizante através de investimentos e relações comerciais, o que possibilitou o desenvolvimento das ZEE, aceleração da abertura e implementação de reajustes através do dinheiro adquirido da exportação que era utilizado na adequação do modelo.

A Tabela 2 apresenta o Terceiro Mundo como saldo positivo pelo impacto positivo que contribuiu para economia. Sua participação é destacada nas relações comerciais em que política externa possibilitou que o Terceiro Mundo atuasse como um equalizador, ou auxiliador, da balança comercial da China nos dois períodos.

As relações entre China e o Terceiro Mundo se intensificaram no governo Mao a partir de 1955 com a Conferência de Bandung. E mesmo com certo esfriamento nas relações diplomáticas, as relações econômicas advindas da aproximação diplomática continuaram possuindo forte presença durante o período Mao.

Assim, como ocorreu com a “normalização” das relações com os Estados Unidos Deng intensifica as relações com o Terceiro Mundo, principalmente após a queda da União Soviética, em que os chineses observaram um mercado consumidor não atendido e um forte potencial de equalizar a balança comercial.

Deste modo, ao analisar a política externa de Mao e Deng é verificado que ambos se assemelham em ações como o processo de “normalização” com os Estados Unidos, identificação da importância do Terceiro Mundo para China e utilização da relação sino-soviética para beneficiar a economia chinesa. Entretanto, a escolha de como aplicar essas ações determinaram o impacto no modelo econômico, seja por uma política externa seletiva ou aberta.

A política externa restrita de Mao inicialmente proporcionou ganhos que se provaram limitados e incapaz de proporcionar ganhos ou aberturas para reajuste durante momentos de crises. Deng, por sua vez, conseguiu aumentar as relações comerciais e aplicar as políticas econômicas que beneficiaram a China através de uma política externa ampla, o que possibilitou utilizar das relações criadas para reajustar a dinâmica comercial de forma que beneficiasse os modelo econômico durante períodos que começaram apontar instabilidade.

Logo, esse resultado confirma a hipótese que a política externa voltada para diferentes configurações do sistema internacional propiciou rápida e benéfica mudanças do modelo chinês diante das adversidade.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **World Bank**. Disponível em: < <http://www.worldbank.org/>. >. Acesso em: 29 mai. 2022.

BROWN UNIVERSITY. U.S.-China Joint Communiqués: 1972, 1979, 1982. **Watson Institute for International Studies**, 2017. Disponível em: <<https://www.choices.edu/wp-content/uploads/2017/08/choices-china-US-china.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

CHANGSHENG, Shu; MENEZES JR., Antonio Bezerra. A guerra sino-indiana de 1962: contornos DE um conflito inevitável. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, n. 58, p. 180-198, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/186/160>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FMI. IMF Data acces to macroeconomic and financial data. **International Monetary Fund**. Disponível em: < <https://data.imf.org/regular.aspx?key=61545859>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

JIAN, Chen. China and the Cold War after Mao. In: LEFFLER, Melvyn P.; ODD, Arne Westad. **The Cambridge history of the Cold WarIn**. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 181-201.

JOSEPH, William A. **Politics in China: An Introduction**. New York, 2014.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 7º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEE, Joseph Tse-Hei. China 's Third World Policy from the Maoist Era to the Present. **Global Asia Journal**, n. 03, 03 jan. 2008. Disponível em: <https://digitalcommons.pace.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=global_asia_journal>. Acesso em: 27 mai. 2022.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative method. **The American Political Science Review**, v. 65, 1971, p. 682-693.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internacionais**. Brasília: FUNAG, 2010.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

MIKHAILOVA, Irina. Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702/1703>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, mai/ago, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQkFQpbrSzFyXJ4bVxH/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 23 nov. 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Márcio José: **As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI**. Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122 - 141, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10795/10420>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PINELI ALVES, André Gustavo Miranda. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, 25-31, jan. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Guarrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. **Esboços**. Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n42p309/40333>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SANTOS, Alan Ramazotti. **Perestroika: o fim da União Soviética**. Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/arquivos/Instrumentos-Pesquisa/TRAB-ACADEMICOS_DIGITALIZADOS/HISTORIA/PERESTROIKA%20O%20FIM%20DA%20UNIAO%20SOVIETICA.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SATORI, Giovanni. Comparing and miscomparing. **Journal of Theoretical Politics**. Amsterdan, 1991, p. 243-257.

TRIGO, Virginia. Os Empreendedores Chineses e o Processo de Transformação Económica na China. **Caderno de Estudos Africanos**. 11 dez 2007, p. 153-174. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/941>>. Acesso em: 8 set. 2021.

WILSON, Thomas Woodrow. The text of the fourteen points. Congresso dos Estado Unidos, 08 jan. 1919. In: **The Nation WWI Museum and Memorial**. Disponível em: <<https://www.theworldwar.org/learn/peace/fourteen-points>>. Acesso em: 16 Jun. 2022.

YAN, Xuetong. The Rise of China in Chinese Eyes. **Journal of Contemporary China**, 2001, p. 33–39. Disponível em:

<http://www.tuiir.tsinghua.edu.cn/_local/8/C5/D4/76468B90D28D660630116AE7D07_70BD3BB6_192FF.pdf?e=.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ZHAO, Baoxu. A Comparative Study of Chinese Diplomacy in the Mao Zedong Era and in the Deng Xiaoping Era- To Build a Harmonious World. In: **To Build a Harmonious World**, 2014, p.57-62.

ZHU, Xiaodong. Understanding China's growth: past, present, and future. **Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 4, pp. 103-124, 2012. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.26.4.103>>. Acesso em: 27 mai. 2022.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Av. Universitária,
1069 | Setor
Universitário
Caixa Postal 86 |
CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 | 0
www.pucgoias.edu.br |
prograd@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Pedro Henrique Silverio de Oliveira Carlos do Curso de Relações Internacionais matrícula 20182004300033 telefone: (62) 982575352 e-mail pedro.silverio.2000@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado China: uma perspectiva da política externa para o modelo econômico nas eras Mao e Deng, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es):

Pedro Henrique Silverio de O. Carlos

Nome completo do(s) autor(es): Pedro Henrique Silverio de Oliveira Carlos

Assinatura do professor-orientador: _____

Okado

Nome completo do professor-orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado